

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE “INVESTIGAR OPERAÇÕES NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS, RELACIONADAS COM A SONEGAÇÃO DOS TRIBUTOS, MÁFIA, ADULTERAÇÃO E SUPOSTA INDÚSTRIA DE LIMINARES”.

REUNIÃO REALIZADA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE  
PERNAMBUCO.

RECIFE, 19 DE SETEMBRO DE 2003.

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO CARLOS SANTANA

Deputado Carlos Santana:

Esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição, solicito a todos que fale junto ao microfone para efeito de identificação junto à Taquigrafia; regimentalmente o convidado não pode ser aparteado no fim da exposição. Daremos início à interpelação. Os senhores Deputados que desejam interpelar os convidados deverão se escrever junto à Secretária. Antes de passar o convite ao Doutor Joseval Alves Augusto do SINDISCOM, em nome da Presidência, nós queremos dizer que para nós, hoje, é um dia de derrota da CPI, porque um dos maiores adulteradores de combustível do país, que estava preso até ontem, o Ari Natalino, que já foi peça da CPI de roubo de carga, a peça da CPI do narcotráfico, e, agora,

de nossas CPIs setores da justiça equivocadamente deram uma liminar e este homem está solto e tem fortes indícios que já saiu do país. Para nós demonstrar que nossa CPI vai ter que fazer... É muito mais trabalho. Já estamos marcando uma reunião com o Presidente do Supremo, o Ministro Maurício Corrêa. Vamos ao Ministro da Justiça, vamos conversar com o Ministro da Casa, o João Paulo, porque é um absurdo uma pessoa que é citada em três CPIs alguém dar um habeas-corpus para essa pessoa, e por informação de minha assessoria, já saiu do país. Está hoje estampadas nos grandes jornais de circulação, o Globo, a Folha de São Paulo. Para nós vocês não sabem o que é fazer o trabalho como está sendo feito... E nós tínhamos aprovado esta semana um requerimento na Casa aonde nós iríamos ao hospital onde ele estava supostamente internado, que não daria para trazer ele na Comissão, então nós iríamos a São Paulo já na semana que vem, e recebemos essa notícia hoje de manhã pelos jornais. Então para nós é assim um absurdo, é um absurdo o que se faz nesse país, um absurdo a nível de sonegação. Eu espero que aquele provérbio popular que dizem que "cadeia só é para pobre e para preto"... eu acho que esse provérbio a gente tem que acabar; nós estamos

trabalhando em uma CPI que nós sabemos que os maiores índices nossos são as grandes empresas e as médias empresas. E eu quero dizer que para nós é um momento muito triste, mas só que nós vamos continuar nessa caminhada que estamos fazendo, nas cruzadas e que estamos fazendo nesse país todo para tentar melhorar esse setor, que é um setor que depois da liberação de 1997 é um setor que não tem regulamentação nenhuma, é um setor de sonegação que hoje nessa área há mais de 10 bilhões sendo sonegado. Entre sonegação e adulteração num ano! Um país de miseráveis como o nosso e de muita gente passando fome e aqui no nordeste é o exemplo disso. E esse setor tem que ser no mínimo regularizado e melhorado. É um setor também que já matou mais de 40 pessoas no Brasil. Todos nós estamos nessa caminhada. Eu quero assim agradecer o convite a cada pessoa, porque nós vamos pedir para que nos ajude; vocês foram convidados, ninguém aqui foi intimado a vir; nós temos o hábito de, nos Estados fazer convite às pessoas; intimidar... nós intimamos na CPI em Brasília e aqui nós fazemos um convite de uma forma de ajudar no processo de condução. Para nós todas as informações é bem-vinda. Sabemos que vários órgãos estão tentando ajudar com muita dificuldade, com

falta de equipamento de estrutura, mas está nos ajudando. Sabemos disso, mas queremos dizer que esse setor é um setor que pode ajudar muito na economia dos Estados. Aonde nós estamos? Aonde tem uma fiscalização do Estado a receita, neste setor, chega a dobrar. Chega a dobrar quando tem uma fiscalização muito forte. E isso vale para os cofres públicos e isso vai para a sociedade. Então, nós estamos no caminho certo e queremos agradecer à presença de cada um de vocês os convidados presentes na ajuda. Sabemos que essa é uma CPI que mexe com poderosos do país, muito poderosos mesmo. Mas nós temos que sair da página econômica e ir para a página policial, porque isso é um problema de polícia. Nós não temos a função e nem queremos ter a função de polícia. Isso não é o papel dos Deputados; nós fazemos e depois vamos entregar ao Ministério Público; o Ministério Público aprofunda, depois encaminha para a justiça. Mas gostaríamos que todos os órgãos tivesse, então. Quero deixar esse repúdio em nome da CPI, dessa pessoa que estava há dias atrás presa e hoje está solto e pode já estar fora do país, a partir das informações de jornais e de minha assessoria. Então, há uma dificuldade enorme nesse país de fazer o trabalho. Quero convidar o senhor Joseval Alves Augusto para

estar presente junto conosco, aqui, ao meu lado; o senhor Joseval terá 20 minutos para fazer uma exposição do setor.

Senhor Joseval Alves Augusto:

Ilustre Deputado Carlos Santana, Presidente dos trabalhos através do qual nós cumprimentamos as devidas autoridades aqui presentes. O setor de combustível em Pernambuco ele tem uma característica bastante peculiar; e, tudo que a gente vai colocar aqui com mais alguns detalhes tiveram a modificação em maio. Nós estivemos em Brasília a convite da CPI no dia 28 de maio e de lá para cá há algumas coisas que ocorreram. Nós vamos relatar porquê entendemos que essa é uma oportunidade de uma Casa, que reputamos como séria, a Casa em que estamos para conduzirmos os trabalhos, pode fazer no sentido de dar a sua colaboração a cerca dos índices e a seqüência que o setor tem. E, inicialmente dizemos que temos em Pernambuco um montante ao redor de 1000 postos. Todos vocês sabem que diariamente fecham-se postos, abre-se postos e desses 1000 postos na região metropolitana nós temos 330 unidades e muitas delas trabalhando no regime de 24h; operamos com um terminal em Suape a onde abastecem as empresas antigas e

mais um terminal de uma empresa regional e recebemos produtos também de João Pessoa do terminal de Cabedelo; recebemos também do terminal de Maceió; recebemos do terminal de Crato e recebemos da base de Juazeiro na Bahia. A própria distribuição inicial dos diversos pontos de suprimentos já dá mostra da complexidade que é o nosso Estado; nós diríamos que em torno nós movimentamos, vamos dizer, 10.000 empregos diretos e mais 10.000 indiretos e hoje opera no Estado cerca de 16 distribuidoras, as cinco antigas; Petrobrás, Ipiranga, Shel, Texaco e Esso e mais onze regionais algumas sediadas na Paraíba a Ello, uma no Rio Grande do Norte a Sat, e as outras com base aqui em Pernambuco. Nós gostaríamos de começar a nossa exposição e sempre que a gente faz isso a imprensa já conhece a forma como a gente tem trabalhado. Nós procuramos sempre mostrar o problema às suas variáveis os seus índices de anormalidade e quais as sugestões que o setor tem para aquele problema. Nós vamos iniciar falando sobre o álcool. O álcool em Pernambuco é o que eu chamo de uma vergonha estadual. E sempre que eu olho no meu espelho eu fico pensando o que é que eu faço como líder sindical durante 15 anos, que eu assisto a cada dia esse paradoxo, o que a gente vê, a coisa do álcool

está tão vergonhoso que não precisa conhecer no mercado, não precisa ser um expert para... basta passar em uma avenida - e eu vou citar só uma avenida - Abdias de Carvalho e se vê uma variação de um e pouco reais de centavos, um litro a um e 0,50 e pouco centavos para a mesma mercadoria que não é importada de lugar nenhum, que é produzido aqui no nosso quintal que tem toda uma tecnologia de fixação do homem do campo que vem ao longo do tempo, o governo ajudando facilitando de todas as formas possíveis e imagináveis hora 20%, hora 25%, hora 22% e hora volta para 25% no intuito de ajudar. E, lamentavelmente, quando se entra no setor é que se ver as nuances do problema: é álcool sonegado na condição anidro, ou seja, aquele que é misturado na gasolina é algo sonegado na condição de hidratado, aquele que vendidos nas bombas é algo que passeia daqui para Alagoas, daqui para a Paraíba e que não sai para lugar nenhum. E nós vemos isso passivamente, provocando um rombo Deputado Carlos Santana, ao redor de um milhão e meio de reais por mês num Estado pobre, em um Estado que não tem, segundo a imprensa, dinheiro para comprar o uso de insumos básicos de um hospital ou de uma escola. Como é que funciona o álcool? Nós temos 1000 postos, é o nosso

universo, muito deles decididamente comprometidos com esse esquema, outros que estão nesta situação por absoluta falta de condição e outros que teimosamente inventa de disputar este mercado. E, hoje, nós temos os números oficiais de álcool hidratado, são cinco milhões de litros por mês que são vendidos no Estado. Ah, isso é uma pouca vergonha, porque nós sabemos no mínimo três quartos dos 20 milhões que é o número real estão por aí passeando, visitando, contornando, ludibriando e o comerciante como nós inventa de pagar o tributo. Esse fica sem condições de competir, porque ele deixa de ser aquele que contribui para os cofres do Estado e passa a ser um ladrão. Não há outra palavra para o consumidor final. Nós que pagamos os tributos somos ladrões e devíamos estar na cadeia porque nós não respeitamos o consumidor, E nós entendemos que essa situação a partir desse mês, aí a festa vai aumentar porque, lamentavelmente o Centro-Sul está na entressafra e nós estamos na safra. Nós entendemos que o setor é difícil, nós sabemos que o Estado é uma porta de passagem e a porta mais estreita são um, mana, para essas pessoas que o diga Toritama, Caruaru, São Caetano e outros locais mais estreitos aonde o passeio se faz de manhã, de tarde, meia-noite e



assim por diante. Mas o fato é que nós precisamos e já fizemos isso esse ano. Fomos três vezes ao Secretário da Fazenda, a equipe dele, alguns estão aqui presentes colocando a redução da pauta de ICMS; se o tributo for menor, a vontade da sonegação diminuiu, a base da pirâmide aumenta. A vergonha talvez aumente também, segundo uma tentativa que nós fizemos aqui em Pernambuco de fazermos com álcool hidratado que aqui é feito com álcool anidro, ou seja, o zeramento para ver se de alguma forma com a mudança de alíquota, com a mudança de parâmetros a gente consiga coibir parte desse rombo que pelo menos para mim, e eu acho que muita coisa, o segundo item do nosso problema, esse, começou há pouco tempo, e agora vem aumentando, acintosamente: é o passeio do óleo diesel que fatura nos Estados vizinhos Paraíba e Alagoas para determinados consumidores alíquotas menores e esse produto vem e em vez de se descarregado naquele local ele passa direto para os postos. Hoje têm colegas nossos praticando no mundo os preços em igualdade de condições de outros que estão comprando. Como eu não acredito em milagres, pelo menos no aspecto comercial, eu acredito em lucro. Nós só podemos entender que esse é um flagrante vizinho de ICMS. Algumas operações dessa

chega ao redor de 6%. Nós sabemos que está se iniciando o processo fronteiro; ainda bem que é um mecanismo novo e nós sabemos da seriedade que a equipe da Fazenda está trabalhando junto a outros Estados. Mas nós compreendemos que isso precisa ter um acompanhamento, que o consumidor AB ou C de Pernambuco que recebe da Paraíba ele tem que ser fiscalizado, tem de se dar uma comissão para poder motivar o fiscal para ir lá e cobrar daquela nota que não está lá, que não foi lançada no tributo. Se isso não for feito não adianta nada fazer projeto fronteira que nós estamos cansados de ver uma teoria muito bonita e que na prática não nos dá resultado, lamentavelmente. O segundo ponto maior é o próximo que é adulteração e, aí, na ADULTERAÇÃO a gente começa a ver todas as vezes que se tem preços predatório, ou seja, vantagens aparentes para o consumidor quando se olha o trabalho brilhantemente feito por o professor Florisval Fernandes, na Universidade Federal de Pernambuco, é uma tremenda coincidência quando os preços baixam, os de gasolina, a gente tem um crescimento da linha de não conformidade, não conformidade essa que prova que o álcool além de ser comprado sem nota, além de ser molhado, ou seja, misturado à água ele também é jogado na

gasolina e aí nós passamos a ter... nós trabalhamos com gasolina álcool; no álcool nós temos a sonegação direta, diesel; nós temos o parceiro de outros Estados e temos a não conformidade da gasolina, "pronto, acabou", e o que se ver, hoje, em Recife, nas grandes avenidas, a mudança de dono de posto. É tão grande que nós que somos do sindicato temos obrigação, porque nós temos 450 no universo de 1000 nós deveríamos ter a sensibilidade de saber. Todas as mudanças que acontece o mercado é muito mais dinâmico com nosso acompanhamento, ou seja, postos não se fecham muda de dono. E isso é; de manhã de tarde e de noite, todo mês uma unidade, duas ou três são mudadas de dono o que caracteriza que os comerciantes sério cada vez mais estão sendo engolidos por alguns outros - que eu vou me permitir não dizer o nome - como é um conjunto, fica difícil à gente nominar quem quer que seja. No momento as LIMINARES em Pernambuco que em maio na nossa fala estava ao redor de três e que efetivamente nos foi perguntado e nós dissemos que as autoridades confirmavam que não estavam utilizando no momento, graças a Deus, nós não temos nenhuma anomalia praticada pelas LIMINARES que porventura estivesse em vigor. Então é um ponto a se colocar de positivo daquela nossa

fala em 28 de maio até o dia de hoje. Gostaria de colocar nesse ponto aqui mais duas coisas: nós temos aqui também uma sonegação oficial uma sonegação feita e, bancada pela Petrobrás Distribuidora S.A., o projeto denominado Projeto Cais, um Centro Integrado de Distribuição, porque é isso o Projeto. São Paulo no Porto de Santos, em Pernambuco, no Porto de Suape, com o intuito de dar uma melhor normalização para os abastecimentos. É até estranho essa explicação da Petrobrás e porque em Suape tem pelo menos seis postos, alguns deles rodando 24h e eu não sei o que é que a Petrobrás usa como justificativa, vender o produto na sua porta final e praticar um preço como se de consumo fosse isso. Hoje está girando alguma coisa entre 400 e 500.000 l de óleo diesel por mês que é outra vergonha, por que isso foi tirado da classe a revendedora pelo que eu sei que os caminhões não podem ficar no pátio à noite ficam nos postos é um trabalho do posto, as notas de fretes, os pagamentos, toda a movimentação de apoio, restaurante é feita nos... Postos não é feita no Projeto Cais, mas na hora do lucro quem fica com o lucro é a distribuidora. Na outra fala nós pedimos que aqui, encarecidamente, veja presidente Carlos Santana, nós gostaríamos de apelar que fosse verificado in loco, só são dois locais Santos e

Suape que fosse verificado como é que funciona o Cais, porque o que a gente sabe é que nós temos companheiros situados a 60 km que simplesmente de 1h para outra perderão clientes de 15.000 l diesel e uma contribuição de ICMS de 18% que ia para o Estado e que hoje estão pagando 12% ou seja, é uma tapeação social. E nós não podemos compactuar, no meu modo de ver, já, aqui eu fui convidado para falar sobre o setor, nós não podemos continuar a ter um negócio desse nas nossas barbas porque isso hoje é Petrobrás, isso hoje é Santos e Suape amanhã vai ser Esso, Ipiranga, Shel; e, ah, porque esse tome conta, nós precisamos cortar esse mal pela raiz. Isso é uma briga dentro da Petrobrás, esse setor lá é o setor de consumidores, o setor de revendedores. Está tendo prejuízos na própria esfera da Petrobrás. E o Estado está deixando de recolher 18%. Para recolher 12%, realmente, é um negócio extremamente estapafúrdio. Gostaria também de aproveitar esse momento para colocar mais uma coisa que também tem a ver mais com a situação dos supermercados esses senhores que se vestem na condição de contribuinte para ajudar baratear os produtos da cesta básica e nada mais fácil do que é usar os débitos e créditos de ICMS para se locupletarem desta situação.

Ainda bem que aqui no nosso Estado com a visão do Secretário da Fazenda o Doutor Jatobá e do Governador Jarbas Vasconcelos, nós conseguimos acabar com isso, pelo menos aqui. Quem quiser vir disputar, podem vir quem quiser. O setor não tem medo de disputar com ninguém porque quem tem 1000 postos já tem concorrente demais. O que é que a gente viu? Pois, supermercados daqui encolheram, tinha um monte querendo botar postos; na hora em que a lei foi implantada, a coisa parou. Provas, é, equivocadas de que este trabalho, Senhor Deputado, deve ser continuado nos outros Estados. Nós somos sabedores que MG, RJ, RS e parece-me que Mato Grosso está em uma campanha parecida com a nossa, mas já que a gente é modelo de tanta coisa ruim, vamos usar esse modelo bom de Pernambuco. Aqui graças a Deus pelo menos no setor a gente tem essa coisa boa de servir de exemplo para toda a Nação. Nós gostaríamos de colocar aqui também uns trabalhos que iniciamos com nosso Secretário Mozart Siqueira. Nós entendemos a fase que o Estado está passando. O companheiro do Estado de Alagoas desenvolveu um programa com qualidade de combustível, é uma ação conjunta. Lá, o plano toma uma denominação nota dez a que talvez Pernambuco por suas características tem que

ser uma nota maior, porque dez é muito pouco para o que a gente tem aqui. Mas o fato é que a gente gostaria de aproveitar este momento para apelar à equipe da Secretaria. Nós precisamos continuar a evoluir nesse processo. A nossa idéia não é somente com qualidade de produto e o planejamento é muito simples, Deputado, a idéia é que os postos façam aleatoriamente, através de um termo de adesão as duas amostras de cada produto comercializado - e isso é o Programa em Alagoas – aqui, e nós queremos que esse programa, que é de qualidade, seja expandido para o programa de origem, ou seja, notas fiscais e distribuidoras que aí os atravessadores sairiam; algumas LIMINARES que existe passariam a não existir e hoje o Estado tem, graças a Deus, também o convênio de acompanhar a fiscalização nos postos com o poder que tem a agência nacional de Petrônio esse programa nós não sabemos o custo dele, mas eu garanto uma coisa aos senhores, esse custo é bem menor do que a perda que o Estado teve no mês de agosto, e, se não me falha a memória, a imprensa está aí para dizer, beirou os 15 milhões no mês de agosto. Nós gostaríamos também de solicitar no tocante à nova sistemática de trabalho que a Fazenda tem com ANP, que houvesse um maior intercâmbio com a Universidade. Nós

entendemos que precisa se disseminar mais do consumidor os testes básicos que podem ser feitos na qualidade da gasolina. Eu acho que se a Fazenda procurasse fazer um trabalho mais próximo da Universidade os resultados seriam maiores e o consumidor deixaria de vez somente o valor de preço na placa, começassem a pedir o cupom de emissão fiscal. A gente sabe que lamentavelmente alguns comerciantes ainda não têm o cupom fiscal; a gente sabe que muitas vezes nesses períodos mais delicados da madrugada alguns caminhões circulam de uma maneira fortuita, talvez valesse a pena um plantão da madrugada adjacente. Eu acho que pelas características dos valores envolvidos pela forma como Pernambuco tem de estar no meio do Nordeste a 800 km de Salvador e 800 km de Fortaleza e por conta disso nós temos essa facilidade de logística em termos de transporte em operacionalizar os nove Estados do Nordeste. Se essas medidas fossem tomadas, eu acho que parte da sonegação, parte da ADULTERAÇÃO poderia ser diminuída. Hoje eu estou sendo mais disciplinar, Deputado, do que da outra vez, que o senhor me avisou que eu já estava no período final.

Deputado Carlos Santana:



Queria agradecer ao Joseval e quero de público da mesma forma que você foi muito didático usou o tempo o objetivo na CPI, você foi hoje como um dos poucos presidentes de sindicatos que vai a nossa Comissão. A gente sabe que esse é um setor que manda matar e poucas pessoas ficam coniventes com as situações que acontecem nos Estados. E eu quero assim de público agradecer ao senhor. Não adianta esconder uma realidade que está para todos nós. E nós sabemos se não precisasse de CPI, nós não estávamos aqui, estaríamos com outras tarefas cumprindo em outros lugares. Então, eu acho que aqui é um exemplo claro de quem quer que aqueles honestos que queiram ficar no setor permaneçam. E hoje a gente sabe que, contra o posto de gasolina aquele honesto está sendo tirado, o honesto não está sobrevivendo nos postos de gasolina e erradamente a nossa mídia sempre pega o posto de gasolina. O nosso problema está nas distribuidoras; os nossos problemas são em distribuidoras. Eu venho de um Estado que é o Estado do Rio de Janeiro e lá a gente diz assim: pegar o avião é muito fácil, agora, pegar o fornecedor é muito difícil. O fornecedor neste setor são as distribuidoras, todas elas não têm diferença. Para a gente não ficar achando que as multinacionais que haja diferenças nesse setor, é, existe muitas

grandes, usam as pequenas. E, aí, graças a Deus, nós conseguimos ontem ser cassada a última liminar que tinha sobre o efeito da Side do Brasil, isso já é resultado de nossa CPI; isso foi uma vitória para nós enorme, que só esse ano nós perdemos 800 milhões só de Side, concedido por alguns juízes. E muitos deles nem cassação se faz porque quando se cassa uma liminar não tem ninguém para cobrar, porque essa empresa era laranja, laranja de empresas médias e empresas grandes. Então você vê a dificuldade que tem neste setor. Então, eu quero assim elogiar o senhor e vou passar para o nosso Deputado Doutor Evilásio.

Deputado Doutor Evilásio:

Eu quero cumprimentar o nosso Presidente, o nosso Vice-Presidente atuante Deputado pernambucano Paulo Rubens, saudar a todos os presentes e quero louvar aqui em cumprimentos o Senhor Joseval Alves que com certeza o seu depoimento traz uma grande contribuição a CPI dos Combustíveis. Todos sabemos que no Brasil nós temos muitos tipos de severas saúvas e nós sabemos também que o setor de combustível é uma delas, e tanto é verdade que incomoda o hoje de uma forma global em todo território nacional que praticamente todas as assembleias legislativas fizeram suas CPIs sem contar

também as maiores cidades e as capitais do Brasil. Nós temos conhecimento de que as CPIs realizadas nos Estados e essa em andamento na Câmara dos Deputados já tem o juiz e seus efeitos positivos e palpáveis. Estivemos ontem no Estado da Paraíba e podemos lá constatar que quando as instituições deste país se unem no cumprimento fiel de seu papel a coisa funciona e nós fechamos o cerco e diminuimos os espaços dos espertos, porque o setor é tão grave que o comerciante sério que eu me refiro principalmente ao revendedor lá da ponta, se nada for feito, se essa CPI não chegar a termo e apresentar realmente todas as condições de resolver o problema não ficará um comerciante sério neste ramo e, eles não resistiriam mais um ano. E não é possível com as instituições que existe o poder paralelo dominar o Estado de direito. Nós temos que passar a limpo àquela tarja que o delgô falou que o país não era um país sério, mas nós temos que trabalhar para resgatar a seriedade e o direito da livre concorrência e da cidadania. Eu quero dizer que o depoimento do nosso Presidente do Sindicato dos Vendedores de Combustível, o Senhor Joseval, foi bastante fiel, bastante contribuidor. E eu queria perguntar ao senhor, que o senhor falou aqui 330 unidades revendedoras. Não sei se o senhor se referiu na região metropolitana,

o seu sindicato tem abrangência estadual não é isso? Eu queria saber quantas unidades existe no Estado e desse total quantas são associadas ao seu sindicato. E queria saber também se é freqüente com essa concorrência predatória, se há um grande número de pequenos empresários que saíram do ramo para dar espaço aos gângster; eu me refiro porque no Brasil, aliás, é temerário falar em estatística no Brasil, mas estima-se que há mais ou menos em torno de 28 mil postos para um total aproximadamente de 20.000 empresários, mas como hoje depois da abertura das distribuidoras o que é que as distribuidoras estão fazendo? Elas não podem ter postos de revenda, então muitas estão admitindo que tem suas distribuidoras, admite os laranjas fazendo verdadeira rede. Então, eu queria saber qual é a correspondência percentual de unidades revendedoras no Estado e quantas empresas estão registradas no setor? Inicialmente são essas as perguntas que eu encaminho.

Senhor Joseval Alves Augusto:

Inicialmente, eu falei que no Estado tinha em torno de 1000 postos, desses 1000 postos a região metropolitana tem 330 postos. O sindicato representa hoje cerca de 450 postos. O senhor foi muito feliz quando colocou esses

pontos. Nós temos nesse negócio 35 anos; passamos 17 em uma distribuidora por isso a gente conhece um pouco. E, em ocasiões como essa, é bom, porque a gente exercita também os conhecimentos. Trabalhei no Ceará, no Maranhão, no Piauí, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, eu sou de lá de Campina Grande, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e na Bahia. Então, o Nordeste, nós conhecemos esse segmento, sempre foi pautado por pequenos e médios comerciantes que fizeram com que suas famílias seus filhos ao entrar no segmento, há 17, 18 anos atrás a gente tinha orgulho de ser um revendedor de combustível, hoje, socialmente, eu não me identifico para quem eu não conheço como vendedor de combustível, eu me identifico como comerciante, só depois quando conheço a pessoa é que posso dizer quem é que eu sou. Porque hoje ser revendedor de combustível é uma peste de sonegador, de adulterador e comprador de produtos sem nota, é uma inversão completa e absoluta do que a gente vê. E Pernambuco não foge a essa tradição. Nós temos hoje algumas redes com todo segmento varejista. O senhor sabe que a escala termina numa estrutura melhor ganhando um pouco mais do mercado. Nós temos ainda algumas redes com dois postos, oito postos, mas a grande maioria são pequenos

comerciantes. E isso que o senhor falou também, os pequenos comerciantes cada vez mais estão sendo asfixiado pelos grandes. Veja nas grandes distribuidoras, nas grandes multinacionais como também nas regionais, por quê? Porque eles passam a ter como senhor tão bem falou, eu não diria laranja, mas diria terceiros. Aí, a coisa é muito complexa, porque o senhor sabe, as juntas comerciais estão cheias de artifício de sofismas que o senhor não vai conseguir pegar quem é que é de fato o titular daquela operação, mas na prática são esses os números que o senhor me perguntou.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

Deputado Carlos Santana, Doutor Evilásio, meu caro Presidente do Sindicato dos Revendedores, Joseval Alves, eu vou ser breve até porque o depoimento que foi levado à CPI pelo presidente do sindicato já é objeto de nossos trabalhos em Brasília e com o início das atividades da CPI em outros Estados as coincidências se somam nós, como disse o Deputado Doutor Evilásio, viemos ontem da Paraíba cuja capital João Pessoa passa por um processo singular de proliferação de postos expressão declarada na CPI pelo presidente Evaristo Cavalcanti e essa proliferação valendo-se dos mesmos procedimentos que nós ouvimos aqui em

Pernambuco, comerciantes e empresários com uma tradição até familiar no mercado sendo sufocado por uma pressão direta de novas redes de distribuidora que levaram à CPI a fazer esse processo de investigação e interestaduais e é um verdadeiro enxame de abelhas que circulam do Paraná, de São Paulo, do Rio, de MG, abrindo e fechando filiais a uma velocidade impressionante. Nós acabamos de vir da Receita Federal e lá constatamos alguns processos que não declina aqui por razões de sigilo e que uma grande distribuidora que opera no Estado de Pernambuco nos últimos cinco anos mudou de sócio pelo menos seis vezes, e tem um dos atuais controladores, também titular, de 19 empresas no território nacional. Esse sócio controlador é uma pessoa humilde sequer teria rendimentos; é igual a um simples funcionário desta Casa, mas a sua movimentação financeira levantada via CPMF é espantosa assim como nos declarou ontem a Receita Federal em... eu gostaria apenas que o nosso presidente nos brindasse um pouco mais, em relação ao setor do álcool. Está no Tribunal de Justiça da Paraíba uma petição do Ministério Público daquele Estado em um relatório enviado à CPI onze volumes onde envolveu em cima de distribuidoras de combustível sediada em Pernambuco e faz referência a uma usina de

Pernambuco operando há alguns anos no Estado da Paraíba como uma rede de postos, esse processo obteve êxito na primeira instância com um pedido de prisão preventiva, mas desde fevereiro o Tribunal de Justiça da Paraíba não consegue a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, é reconhecido já pelo Tribunal Regional Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, direito das Comissões Parlamentar de Inquérito dos Estados também requerer a quebra de sigilo. Então este setor do álcool, lamentavelmente, de Alagoas ao Rio Grande do Norte tem sido um dos pilares dos crimes da sonegação e inclusive da adulteração de combustível em partes como citou aqui O PRESIDENTE. Mas já que o Estado de Pernambuco tem papel de vanguarda na produção supra alcoleira, eu gostaria que em termos gerais que o senhor Joseval nos oferecesse, se possível, mais alguns comentários acerca destes problemas que ocorrem no mercado do álcool aqui no Estado de Pernambuco, que são aproximadamente uns 1000 postos, 45% disso do conhecimento e do convívio são sócios do sindicato pelo menos 550 postos. E, segundo os dados disponíveis na página da ANP Pernambuco, vergonhosamente é um dos Estados com os maiores índices de ADULTERAÇÃO. As inspeções feitas em



Arcoverde existe 40% de adulteração no comércio de álcool, aqui na vizinha cidade de Olinda, o diesel, gasolina e álcool 23%, Garanhuns e Caruaru entre 11% e Petrolina até 23% de ADULTERAÇÃO. Isso porque a ANP não tem pernas, não tem estrutura, não tem título de competência, não tem tido meios para efetivamente regular o mercado de quase 30.000 postos em todo o país. Então, eu perguntaria ao presidente do sindicato, além de todos problemas da pressão e da concorrência quais são os grandes problemas enfrentados no setor do álcool, é a venda direta de usinas para os postos? É adulteração? Como é que o setor se defende quando encontra preços predatórios praticados especificamente no setor do álcool e pelo sindicato? Quais seriam as providências a serem tomadas pela Secretaria da Fazenda, a serem tomadas como uma reformulação radical drástica da legislação? Aí, nos compete como legisladores no Congresso Nacional. Qual é a posição do sindicato e se essa já é uma posição a externada inicialmente aos órgãos fazendários ou aos órgãos fazendários federais aqui no Estado de Pernambuco.

Senhor Joseval Alves Augusto:

Nós dissemos, o senhor não estava aqui no início de nossa fala, o problema do álcool

começa no álcool hidratado, ou seja, a produção daquele produto que vem para o posto através do intermediário de um transportador ou quem quer que seja com um sub faturamento sem nota ou com nota, porque nessa seqüência há que se ter todas as alternativas fiscais. O aperreio de cada um é que vale buscar qual opção que ele quer fazer, não satisfeito em vender o álcool diretamente sem nota ele entra no segundo ponto que é usar esse álcool adicionando a gasolina, que ele já compra da companhia com os seus 25% de álcool. Aí vem o índice de não conformidade. Então, eu costumo dizer que o comerciante que está com não conformidade, não é quase sempre, mas a recíproca é verdadeira, o que faz tem as duas coisas, na hora que ele adultera ele também já sonegou antes, por isso que o problema maior é o álcool, não satisfeito em comprar o álcool hidratado sem nota ou com nota de qualquer jeito e o senhor entenda aí. Minha colocação ele aí simula pelos meios oficiais a operação do álcool negro para outro Estado e este produto some e aí ele parte para fazer o álcool molhado, é uma, que é adicionar água a um valor que seja mais ou menos compatível, sabe que isso é uma operação de regra de três simples direta, qualquer iniciante do primeiro grau saberá fazer, quando isso é feito, mais uma vez eu

disse na minha fala, quando os preços de gasolina de PE começam a despencar e cresce na mesma proporção há a não conformidade que é o resultado desta operação. Naturalmente que fica aquele caso para nós, o senhor colocou muito bem, o sindicato tem 450 postos é verdade, nossa quantidade de postos, Deputado, está mais ou menos dois terços situado na região metropolitana e por uma razão simples nós temos que dar prestação de serviços. E a maioria da prestação de serviços que nós damos são nas áreas jurídicas, trabalhistas e previdenciárias. Nós implantamos a primeira Comissão inter sindical para soluções de problemas de conflito trabalhista nesse Estado, a nossa Casa fez isto e está em vigor até hoje. Então, para quem está mais distante é mais difícil receber este serviço.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

O presidente pode estimar em quantos por cento do mercado vocês sentem esta prática de simulação de hidratação do álcool anidro de adição à gasolina? Isto dá para estimar em quantos por cento do álcool de Pernambuco?

Senhor Joseval Alves Augusto:

Nós já dissemos isso, mas é até bom para reavivar a memória nas nossas contas: em ao

redor de 75% de álcool, nas nossas contas. E é muito difícil a gente mensurar isto. Porque são dois tipos de álcool os hidratados, que é esse o índice social que o senhor tem dos cinco milhões de litro que é ridículo, é ridículo - eu volto a dizer - e a parte do álcool anidro que é mais difícil o sofisma esconde melhor essa operação, mas eu diria que a gente perder no mínimo um e meio milhões de reais por mês deixa de entrar através da cobrança do tributo do álcool.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

Qual seria a prevenção por parte da Secretaria da Fazenda que mecanismos de fiscalização seria adequado para que isso fosse levado a níveis residuais?

Senhor Joseval Alves Augusto:

Desde o secretário passado...Agora lembrar o Secretário da Fazenda já passado....Desde o Doutor Luiz Otávio Cavalcanti que nós só temos um tipo de fiscalização só há um que funciona, nas cercanias das destilarias acompanhasse a efetiva saída do centro produtor e com o Projeto Fronteira acompanhassem o que vem de outros Estados, ajudando aos outros e pedindo ajuda dos outros, fiscalizar os postos, Deputado, Petrolina, Araripina, e isso aí é uma utopia que

o próprio pessoal da Fazenda que está aqui sabe, o Estado não tem condições, agora as destilarias estão em um número reduzido, isso aí pode, sim, ser feito.

Deputado Carlos Santana:

Eu queria agradecer a presença do Pastor Francisco Olimpio, que é suplente da nossa Comissão, que é Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco e está junto conosco nessa cruzada. Aí, quero agradecer por sua presença. Paulo Rubens, mas alguma nota para apresentar? Então, eu queria que o senhor Joseval Alves Augusto fizesse suas considerações finais e levasse um grande abraço e estima dessa Presidência, esperando que a gente consiga realmente dar um passo no setor.

Senhor Joseval Alves Augusto:

Deputado Carlos Santana, nós tivemos o prazer de conhecê-lo naquela tarde de chuva no Rio onde se começou essa cruzada com o nosso companheiro dos sindicatos do Estado do Rio de Janeiro, que o senhor tão bem conhece, o senhor José Luiz Afonso, é, a gente sentiu desde aquele momento a forma como senhor ia pegar esta missão; nós sabemos o momento em que o país vive, aliais, no aspecto tributário

e muito do que os senhores estão colhendo aqui podem servir principalmente para o ICMS, nós não podemos continuar compactuar com verdadeiros abismos, nós temos o Estado do Ceará, por exemplo, é uma ilha da fantasia no diesel, um Estado pobre que cobra 30% de óleo diesel, quando temos um Estado rico como Minas cobrando 12%. São anomalias como essa que os senhores com certeza vão corrigir. A gente quer agradecer pela lembrança do convite, aqui, vamos estar na nossa trincheira sempre a disposição dos senhores; e quero desejar todo êxito no acompanhamento dos trabalhos muito obrigado.

Deputado Carlos Santana:

Eu queria que o senhor ficasse dois minutinhos que o Pastor Francisco gostaria de fazer uma pergunta.

Deputado Pastor Francisco:

Bom dia gente! Companheiro, eu queria saber se depois da instalação da CPI, aqui, na Assembléia e o início também lá no Congresso Nacional se houve diminuição, se o senhor tem notícia de diminuição de adulteração de combustíveis?

Senhor Joseval Alves Augusto:

Deputado, como é que eu diria? Vamos começar pelo mais fácil, todo mês a ANP mostra no seu site - porque os dados que nós temos são de julho - eu acho que alguns dos Deputados que falou antes de mim disse: falar de estatística no Brasil é uma coisa complicada. Nós estamos falando na segunda quinzena de setembro com dados de julho. Na realidade, houve uma redução no número que era desavergonhadamente alta, o que eu não posso aceitar: 6,3% na gasolina como um número bom. Eu acho um número muito alto, de cada 100 postos que foram analisados seis tinha um teor de álcool, maior do que o permitido, o número de álcool pior ainda. E álcool, Deputado, eu não gosto muito de falar sobre álcool que eu termino me irritando, o número de álcool é o segundo pior do país, só perde para o Maranhão, é de 18%, quer dizer, afóra dessa toda canalhice, que o termo é esse, afóra tudo isso que se passa no álcool, nós ainda temos 18% de álcool fora da realidade. O número do diesel ele é baixo sabe por quê? Porque não existe um produto nenhum mais barato do que o diesel colocado lá dentro. E os motoristas de caminhão que são pessoas muito mais humildes do que nós, eles acompanham os perfis de consumo, eles sabem que muitas vezes preços mais baratos escondem realidades. Não é como

o bacana que tem um carro importado que sai em um Corola e roda a rua toda para ver, “não, eu vou comprar nesse posto que é mais barato,” por causa de um centavo. E aí na primeira manutenção que ele vai fazer ele gasta R\$ 800, 900, 1.000, porque não teve o cuidado de dar um acompanhamento básico nos perfis de consumo. Então, no aspecto da CPI o que nós sentimos é a queda da liminar. E eu tenho aqui essas informações que o senhor nos passou, agora a pouco. A outra liminar que saiu ontem, nós não temos nada contra liminar, mas temos com o resultado dela esse negócio de alguns dos apaniguados levar vantagem e a classe pagar. Porque não é apaniguado está errado. Realmente, tem que se corrigir. Se é para dar tem que dar a todo mundo; se é para tirar, tira de todo mundo e fica mais justo. Então, a gente diria que sempre é importante que surjam situações como essa, que se procure o esforço conjunto. Nós dissemos ainda pouco, que certas atitudes- e não pode ser somente da Fazenda - tem que ser a Fazenda de Pernambuco, Alagoas e Paraíba com as universidades, com os laboratórios com a Receita Federal. Se não for feito isto os vinte pouco% que Pernambuco tem de combustível vão começar a cair, porque vocês sabem que a velocidade do pessoal que trabalha nessa área é muito maior e sua



criatividade também, do que nosso acompanhamento na ponta.

Deputado Carlos Santana:

Gostaria de convidar a fazer parte de nossa mesa o senhor Francisco Robero Leite, gerente de operações fiscais da Delegacia de Crimes contra a ordem fiscal.

Senhor:

Não, ele é da Secretaria da Fazenda.

Deputado Carlos Santana:

Desculpe, aqui está operações fiscais. O senhor Francisco disporá de vinte minutos para fazer uma exposição.

Senhor Francisco Robero Leite:

Eu gostaria de saudar o excelentíssimo Deputado Carlos Santana; o Doutor Evilásio; o Doutor Francisco Olimpio; o Paulo Rubem Santiago, Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco; o Deputado Estadual Augusto Coutinho, que foi o Presidente da CPI de dois mil; quero saudar também o Doutor Joseval Alves, que fez uma brilhante apresentação; as demais autoridades presentes; os meus colegas Auditores da Secretaria da Fazenda que estão presentes aqui. Foi com muita honra que ontem

nós recebemos o convite de virmos aqui a esta Casa para juntamente com o Poder Legislativo podermos ajudar no combate ao crime organizado que se instalou no país no setor de combustível, eu vou historiar a minha fala relembrando o Estado em que Pernambuco se encontrava antes da CPI estadual dos combustíveis de 2000. Existia o que se chamava uma avalanche de LIMINARES para que não fosse pagar a substituição tributária; existia a prática que era comum no mercado famosas o trrs, e graças, é, exatamente aquela CPI o setor de arrecado em média mensal de R\$60.000, esse crescimento de 72% em 2000. Nós não podemos apenas acreditar em aumento de preços e sim as políticas tributarias e as ações fiscais que apesar das dificuldades que se tem em um Estado tão grande como Pernambuco podem fechar as fronteiras. Não é algo tão simples, nós juntos com o Ministério Público, junto com a Secretaria de Defesa Social e junto com a Receita Federal temos feito e realizados ações Fiscais planejadas, ações fiscais pensadas que infelizmente não conseguimos acabarmos de vez esses crimes, nós conseguimos reduzi-los a níveis bastante do que tínhamos antes, como bem disse o Deputado Carlos Santana no início de sua fala. Nós temos grandes dificuldades de colocar, não, de segurar alguns

bandidos que se travestem de empresários e que prejudicam exatamente os empresários sérios que investem recursos para gerar empregos e alguns lucros também porque ninguém bota uma empresa com fins, é efetivamente beneficentes. Nós conseguimos colocar alguns bandidos deste na cadeia e que infelizmente mantê-los na cadeia não é tão fácil. Eu queria exatamente ao iniciar pedir o apoio desta CPI a nos ajudar a combater o principal ponto, talvez, que leva o Estado de Pernambuco a ter problema com álcool. Existe uma liminar, a nível Federal, de uma usina aqui de Pernambuco - por questão de sigilo fiscal eu não poderei falar o nome agora, mas terei o prazer de assim que acabar a sessão informá-los - e existe uma liminar Federal para uma usina contra a ANP que permite que essa usina venda direto aos postos. O governo do Estado de Pernambuco através da Secretaria da Fazenda pediu e inclusive apoio ao Ministério das Minas e Energia para que nos ajudasse a cassar esta liminar. Então esta liminar tenho certeza com a ajuda desta CPI se ela for cassada poderá ser o marco no combate a essas práticas que o presidente do sindicato colocou. Com essa liminar a gente sabe que algumas operações triangulares são feitas e como não temos infelizmente um auditor para cada posto, para cada destilaria,

para cada ponto onde se armazena combustível, nós não conseguimos com muita facilidade combater isso de forma como o Estado desejaria. E eu vou relatar algumas operações fiscais que nós fizemos com um objetivo de combater principalmente a questão do álcool no Estado de Pernambuco, haja vista que a questão da gasolina não se acentua quanto à sonegação de impostos que é o nosso principal problema hoje. No ano de 2002 nós conseguimos aprovar uma regulamentação para que as bombas mecânicas que vendem álcool, que é um fato que salta aos olhos e que é extremamente perceptível, é que você às vezes chega a um posto de gasolina e as bombas de gasolina ou diesel são todas eletrônicas e estranhamente a bomba de álcool é mecânica, não se sabe se é a tentativa de conviver o contemporâneo com o medieval, o que não me parece, e me parece, sim, a tentativa de sonegar impostos e por fim lesar os cidadãos. Então, nós do Estado de Pernambuco temos um lacre de acrílico o que dificultaria a violação disso, e tornamos obrigatória a instalação disso. Realizamos também operações em cerca de 450 postos, mas não só nos postos, nas usinas, destilarias, nas distribuidoras independentes de bandeira, e independente de nacionalidade. Porque nós sabemos que os crimes contra a

ordem tributária infelizmente eles não têm bandeira de nacionalidades como disse o nobre Deputado e tivemos algum êxito hoje, por exemplo, está em curso mais uma operação da Fazenda que nós começamos no início de setembro, é exatamente uma operação no sentido de nós fecharmos as fronteiras nos arredores das usinas e das destilarias, com o objetivo, é... exatamente de proibir que essas operações triangulares simuladas com vendas, e que são simuladas, para Paraíba e Alagoas para que essas operações sejam barradas, isso requer um esforço muito grande da Secretaria da Fazenda porque nós precisamos deixar nesses pontos que não são poucos os nossos auditores em regime de 24h, porque se dormimos os sonegadores acorda. Nós realizamos também no mês passado, fruto inclusive que eu esqueci de salientar aqui, como uma coisa muito importante, o Estado de Pernambuco conseguiu celebrar junto à Agência Nacional de Petróleo um convênio, se não me engano no mês de maio, conseguimos inclusive com a ajuda da Assembléia Legislativa que o protocolo executivo desse poder de interdição dos postos que apresentassem não conformidade. Então, a partir de novembro os nossos auditores fiscais têm essa missão delegada pela Agência Nacional de Petróleo, o

que para nós é bastante importante porque o Estado não pode se vestir, se trancar da vaidade de competência de cada órgão. Então, a ANP ao delegar a Secretaria da Fazenda que possui localmente uma estrutura bem maior do que a Agência Nacional de Petróleo, salvo engano a ANP deve ter dois com três fiscais para cobrir todo nordeste e nem que os fiscais não dormissem e fossem clonados eles não conseguiriam realizar a missão que tem. Então este poder delegado, nós começamos a fazer algumas operações de novembro para cá, nós interditamos mais de trinta postos de gasolina que apresentavam não conformidades. Nós chegamos também a fazer o trabalho de qualidade na saída exatamente das distribuidoras e conseguimos algum êxito exatamente por conta disso. Temos também realizado operações constantes com o Ministério Público e com a Secretaria de Defesa Social, porque a questão da sonegação fiscal no setor de combustível não é apenas uma sonegação de tributos, realmente é um caso de polícia, é caso de crime e caso de cadeia; temos conseguido colocar pelo menos durante algum tempo alguns desses bandidos que se travestem de empresários na cadeia. Veja a despeito de toda a pressão como o Deputado Carlos Santana mesmo falou que esse pessoal faz parte de uma

quadrilha e eles costumam matar, mas nós enquanto servidores públicos que fizemos a opção para isso e temos que zelar para que a sociedade não seja penalizada, para que a sociedade não tenha o tributo que paga com um outro fim que não seja exatamente os cofres do Estado, para que a sociedade tenha um combustível de melhor qualidade, muito nos angustia esses dados que aponta que Pernambuco tem o maior índice de ADULTERAÇÃO do país. Quando você fala que tem 1000 postos no Estado de Pernambuco, você pode avaliar a dificuldade que se tem de estarmos monitorando sempre esses postos. Recentemente, no mês passado foi realizado em Maceió em Alagoas o ENCATE que é o Encontro de Administradores Tributários e que reuniu 18 Estados da federação. Então esse encontro extraordinário ele delegou a realização de operações simultâneas nas unidades da federação; então graças a esse protocolo que foi firmado com os Estados nós estaremos conjuntamente não só Pernambuco, porque Pernambuco não pode combater sozinho, nós temos a Paraíba como vizinho Alagoas. Então, desse encontro saiu e foi deliberada alguma ação que eu terei o imenso prazer de passar para a ilustre Comissão no sentido de combater esse crime. Eu, em linhas gerais, disse o que eu

tinha para dizer. Na realidade eu tive umas 10h para me preparar e sei da responsabilidade daqui, a Secretaria da Fazenda de Pernambuco também no seu modelo de gestão ela criou gerência que acompanha os segmentos econômico, e temos uma específica de combustível; infelizmente o nosso gerente de combustível está em Brasília discutindo assuntos relativo ao setor, mas o Governo do Estado, junto com os demais órgãos, tem a consciência de que juntos Executivo, Legislativo e Receita Federal e desprovido das vaidades que possam ter de partilha do poder, aí juntos, sim, conseguiremos combater de forma competente o crime organizado, e muito obrigado.

Deputado Doutor Evilásio:

Senhor Presidente, eu queria fazer apenas um comentário: eu não vou fazer nenhuma pergunta; e dizer que o depoimento do senhor Francisco é uma grande contribuição a esta CPI e dizer que, o exemplo da Paraíba é um exemplo que deve ser seguido. Nós estamos lidando com máfia, quadrilha e até crime organizado é um segmento que exaure dos cofres públicos. Portanto, do cidadão, através da sonegação, adulteração e prejuízo nos seus equipamentos como colocou aqui muito bem o representante do sindicato algo em torno de 10



bilhões, não é? Isto por ano. Então é preciso um esforço alvissareiro para fazer frente a este monstro. Tivemos ontem o depoimento no Ministério Público, lá, em João Pessoa, na Paraíba de que hoje não há um único posto que venda produtos adulterado, e isso, claro, foi fruto, um fruto positivo, um resultado positivo dos trabalhos da CPI na Câmara Municipal de João Pessoa, na Assembléia Legislativa e a ação da CPI na Câmara Federal. Mas isso só não basta porque a CPI passa, dura poucos meses e as instituições ficam. É preciso que as instituições se unam. Em João Pessoa montaram uma comissão permanente com a participação do Procon, a Secretaria da Fazenda, Ministério Público, o Corpo de Bombeiros, Polícia e, inclusive, tem um dado que merece destaque o judiciário fez e chegou afixar nos postos que "este posto tal estava respondendo processo por adulteração de combustível e etc...E isso pegou em cheio cujo laranjas ou testa-de-ferro, o defende os interesses do peixe maior como disse o nosso presidente. Então para deixar aqui como apenas sugestão, deve haver uma interlocução entre essas instituições. E, com certeza, com a somatória de compromissos e de ações conjuntas nós chegaremos a um bom termo e

responderemos satisfatoriamente a nossa sociedade. Muito obrigado.

Deputado Pastor Francisco Olimpio:

Nós queremos parabenizar ao Senhor Francisco pela sua contribuição a esta CPI, pela sua serenidade. E na sua fala ele falou que as bombas de álcool eram mecânicas e as outras não. Como dando a entender que isso já é um processo para lesar o próprio fisco e na palavra do Doutor Evilásio, nosso companheiro, ele enfatizou a necessidade das instituições em conjunto contribuírem para o bem-estar desta situação, até o judiciário da Paraíba tomou esta iniciativa de publicar e de apresentar os postos que estão lesando, porque nós estamos em um processo de cidadania e a cidadania aqui está sendo lesada de uma maneira muito ridícula até, estamos vendo que há peixes pequenos e peixes grandes e que fazem parte do mesmo mar, e que devemos estar consciente, com serenidade, com cuidado e agradecendo a contribuição que os senhores estão dando em seus depoimentos. Mas queremos dizer que deve haver esta ação conjunta, da Fazenda, o Estado e da União do judiciário para que possamos chegar a um denominador comum, pois estamos vendo que não estamos tratando com coisas muito fácil. A Paraíba agora

apresenta que nenhum posto está sendo... está lesando o contribuinte. Já não podemos dizer isso no nosso Estado de Pernambuco e em outros similares porque não temos ainda essa informação concreta, mas eu creio que vamos caminhando e chegaremos a um fim promissor. Muito obrigado.

Deputado Carlos Santana:

Antes de passar a palavra para Paulo Rubem, eu gostaria de perguntar, quantas usinas hoje estão atuando, eu digo, no período desse ano quantas foram autuadas em relação à questão do combustível e em relação à questão do álcool?

Senhor Francisco Robero Leite:

Pernambuco possui hoje 23 ou 25 usinas todas elas foram alvos de ações fiscais, o setor de quem a nível gosto é um setor que a gente não tem mais nem nome para dar as operações; se fôssemos dar números nós já estaríamos em mais de 80. Então, todas as usinas e destilarias foram alvos de fiscalizações nossas.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

Nos últimos anos Pernambuco tem se destacado pela formação de empresas que vêm atuando na importação de combustíveis, isto tem obtido

um grande destaque na imprensa. A primeira pergunta é mais... São os controles, ou qual é a fiscalização que a Secretaria da Fazenda tem feito na importação de gasolina no que se refere à adição de álcool a essa gasolina? O quando se importa gasolina para ser distribuída no mercado quem fiscaliza o percentual de álcool que é aditado a esta gasolina? Em segundo lugar, qual tem sido o efeito na arrecadação do ICMS do deferimento que é concedido nas usinas; e pelo que já vimos ter levantado aqui é, estranhamente, por decreto deferimento de ICMS concedido por decreto, o benefício fiscal concedido por decreto o que é inconstitucional, mas qual é a consequência desse deferimento para o recolhimento do ICMS? E a última pergunta, nessa primeira fase, qual é o montante de créditos que hoje a Secretaria da Fazenda reivindica administrativamente e judicialmente contra o setor do álcool, créditos do ICMS do Estado de Pernambuco e se nestes processos a Secretaria da Fazenda tem também agido junto à Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, se houve por parte da Secretaria da Fazenda o encaminhamento para delegacia para abertura de inquérito para apurar a conduta ilícita na comercialização do álcool por parte da Secretaria da Fazenda e da

Secretaria de Defesa Social a que está vinculada à delegacia de crimes contra a ordem fiscal?

Senhor Francisco Robero Leite:

Ilustre Deputado algumas perguntas eu não terei para lhe informar, até porque como eu disse ontem, eu fui convocado à tarde e não tive tempo de detalhar a todos os dados, mas terei o máximo prazer em passar o montante que o senhor perguntou com relação ao controle da importação da gasolina do teor de álcool na gasolina. Isso foi uma função que foi delegada à Secretaria da Fazenda, então nós temos feito constantemente quando das importações principalmente em Suape, análises do teor de álcool na gasolina em caso de não conformidade nós temos mandado para a Universidade Federal de Pernambuco e tendo irregularidades são aplicadas às penalidades previstas. Com relação à sua segunda pergunta, ao impacto do suprimento que é dada na venda do álcool pelas destilarias eu lhe peço desculpas, mas não tenho esses números aqui e não me arriscaria colocá-los de forma imprecisa e de uma forma geral, Deputado, todas as operações que foram feitas justamente com o Ministério Público e a Delegacia de Crime Contra a Ordem Tributária em que se está encontrando algum tipo de crime, os processos são invariavelmente e

normalmente encaminhados, para que instale os inquéritos policiais, se assim for o caso.

Deputado Carlos Santana:

Eu queria que o Senhor Francisco fizesse as suas ponderações finais e queria agradecer o convite que a presidência da CPI fez em nome desta Comissão.

Senhor Francisco Robero Leite:

Eu quero mais uma vez afirmar a nossa satisfação em estarmos aqui, reativar o propósito do Governo do Estado de Pernambuco através da Secretaria da Fazenda em conjunto com os demais órgãos oficiais, combater o crime organizado; quero dizer ao nobre Presidente do Sindicato dos Combustíveis, Doutor Joseval, que a sua proposta que foi enviada com relação ao utilizarmos um projeto que é parecido com o de Alagoas está sendo analisada com muito cuidado, mas como objetivo de implantar dentro do modelo praticado em Pernambuco e sair daqui hoje com um pouco mais de crença de que, como eu disse no início que os órgãos públicos juntos conseguiremos combater o crime; e peço, veementemente, a esta Comissão que nos ajude a derrubar esta liminar imoral que uma usina tem aqui em Pernambuco contra a ANP

que eu volto a dizer: é a ponta do aiciberg do crime organizado do setor de álcool. Muito obrigado.

Deputado Carlos Santana:

Fica registrado para esta CPI e nós no nosso Departamento Jurídico depois vamos pedir essa liminar, o nome da usina e conseguir trabalhar em Brasília junto ao Supremo Tribunal para ver se a gente consegue derrubar esta liminar. Quero fazer o convite a Eliezer Correa, delegado da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Fiscal. O senhor disporá de vinte minutos.

Senhor Eliezer Corrêa:

Senhor Presidente da CPI, Deputado Carlos Santana; demais componentes da mesma autoridades presentes; senhoras e senhores. Eu acredito que 20 minutos seja muito tempo para o pouco que eu tenho a dizer, esclareço dizendo o seguinte: eu me encontro há cinco meses à frente da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Fiscal, quando sucedi a colega Vera Lucia que aqui se encontra, e que melhor traçará o perfil daquela delegacia. No entanto eu gostaria de dizer algumas considerações sobre a mesma. A Delegacia de Crime Contra Ordens Tributária, aqui, no Estado de Pernambuco, ela atua como coadjuvante do Ministério Público e da

Secretaria da Fazenda; acredito até mesmo que em decorrência da própria legislação o que dificulta o acesso da polícia a este tipo de crime e que permite também a excludente de criminalidade com pagamentos de tributos, no entanto foram várias as ocasiões em que tivemos oportunidade de trabalharmos juntamente com a Secretaria da Fazenda e com o Ministério Público, pouco os que foram com relação ao problema em que é tratada da sonegação fiscal em relação ao combustível. Nós tivemos neste período em que me encontro à frente da delegacia dois ou três casos todo de pequena mota, foram ações voltadas para postos de gasolina e me parece que uma delas a um caminhão que transportava, se não me engano álcool, todas elas tiveram os seus desfechos, tiveram os seus inquéritos concluídos, todos com o pagamento do tributo e com as excludentes da criminalidade para o infrator, que fora essas três situações não tivemos nenhum outro caso, não recebemos da nossa antecessora entre os 450 inquéritos ali existente, me parece, nenhum caso referente à sonegação de combustível. Eu queria encerrar as minhas palavras e, como eu disse no início, eram rápidas e em razão do tempo que me encontro na delegacia, quero me colocar à



disposição de todos em qualquer esclarecimento pendente, muito obrigado.

Deputado Carlos Santana:

Eu quero pedir e agradecer ao Doutor Eliezer pela contribuição, e pedir a Doutora Vera Costa Rego... me desculpe, é Doutora Vera Lúcia Rego é porque aqui está Costa, mas é Vera Lúcia.

Senhora Vera Lúcia Rego:

A todos os presentes, senhores Deputados, eu assumi a delegacia no ano de 1996, ela foi criada no ano de 1995 e em pouco tempo eu iniciei um trabalho de investigação relativo ao combustível, às distribuidoras de combustível; entendi que deveria fazer uma investigação aprofundada, houve um entendimento contrário que deveria ser um caso de flagrante e eu fui removida na mesma semana. Esse inquérito ficou na delegacia três anos e meio depois eu retornei encontrei este inquérito, por ironia, eu vim a assessorar a CPI dos Combustíveis, e esse inquérito que eu iniciei era a ponta do aiciberg. Eu apresentei em seu inquérito a CPI e creio que tenha sido muito útil. Depois do trabalho por Estado à CPI eu nada recebi na delegacia relativo à distribuidora. Apenas algumas diligencias realizei relativo ao Ministério Público assuntos relacionados à CPI

de 99/2000, saí da delegacia em abril deste ano nela ficaram aproximadamente 450 inquéritos; todo o meu trabalho voltado na delegacia foi na área de estivas. Eu esperava que a Fazenda passasse os inquéritos para mim, pois eu não tenho poder de polícia para investigar nenhuma distribuidora, então esperava o trabalho técnico e aí agia. Não têm o registro de nenhum trabalho relativo à distribuidora, é isso que eu tenho a esclarecer.

Deputado Carlos Santana:

Dr. Eduardo alguma pergunta?

Deputado Evilásio:

Perguntaria a senhora Vera Lucia se há indícios, se já houve algum beneficiamento às distribuidoras no Estado de Pernambuco por se ter agentes políticos ou agentes da justiça do Estado?

Senhora Vera Lucia:

Eu não entendi bem a pergunta.

Deputado Carlos Santana:

Seja bem mais claro.

Deputado Evilásio:

Eu perguntaria a senhora se haveria relação e proteção entre agentes da justiça desse Estado ou agentes políticos com empresas distribuidoras?

Senhora Vera Lucia:

Eu tenho uma certa dificuldade para responder a esta pergunta por que.....

Deputado Evilásio:

A palavra é proteção.

Senhora Vera Lucia:

Todo o assunto chegado a mim era através de matéria, relativo a distribuidoras eu não tenho nada na delegacia, o conhecimento que eu tenho são de matérias jornalísticas; eu não posso afirmar, eu tenho conhecimento relacionado ao trabalho que eu faço com os inquéritos que eu tinha em mãos.

Deputado Carlos Santana:

Pastor Francisco?

Deputado Pastor Francisco:

Doutora Vera, a senhora relatou que assumiu a delegacia em 1996 e que iniciou um processo de investigação e que foi automaticamente removida?

Senhora Vera Lucia  
Na semana seguinte.

Deputado Pastor Francisco:

A senhora atribui que essa remoção não foi em vez de todo e da investigação que a senhora começou a fazer?

Senhora Vera Lucia:

Olhe, segundo o meu superior hierárquico, eu fui removida pela conveniência de serviços, um inquérito administrativo. Eu entendi que estava correto e melhor esclarecer nesse trabalho foi à prisão de um caminhoneiro que o entendimento deveria ser o auto de prisão em flagrante e eu recusei a fazer, porque achava que deveria iniciar com uma portaria e fazer uma investigação mais detalhada.

Deputado Pastor Francisco:

Mas a senhora deixa aqui em suspense, quando a senhora alega que foi automaticamente removida uma semana depois após iniciar a investigação, então o órgão que lhe removeu fica entre aspas sob suspeita, a algum interesse por trás disso?

Senhora Vera Lucia:

Eu não posso afirmar categoricamente se há o interesse por trás disso, mas um mês depois após esse fato mais de trinta caminhões foi apreendido, e...Como posso dizer? O delegado não foi removido.

Deputado Pastor Francisco:

É, esses caminhões poderiam continuar serem apreendidos e a senhora continuar no seu trabalho fazendo a sua investigação porque dar a entender que os caminhões que foram aprisionados já foram frutos de seu trabalho.

Senhora Vera Lucia:

Não, a Secretaria da Fazenda vinha fazendo um trabalho na área de combustível, o meu trabalho foi relativo a um flagrante que eu entendi que não era flagrante deveria ser um inquérito, porque deveria haver uma investigação mais aprofundada.

Deputado Pastor Francisco:

E quando a senhora veio tornar público esse seu trabalho? Deu conhecer a alguém esse seu trabalho de investigação?

Senhora Vera Lucia:

Esse trabalho foi noticiado; na época saiu a matéria e eu me pronunciei sobre o assunto.

Deputado Pastor Francisco:

Muito obrigado.

Deputado Carlos Santana:

Eu quero dizer a Doutora Vera que para mim é muita tristeza, porque esse setor a gente só vai conseguir resolver se tiver uma ampla parceria de todos os setores. É muito triste quando não se faz uma investigação, porque nesse país a gente acaba sempre só atuando num fato, ali, que acontece corriqueiramente, deixa de fazer toda a cadeia de investigação para não acontecer mais esse fato. Eu não quero entrar na discussão, porque como Presidente, eu não quero entrar no aspecto político e isso é tudo uma questão política; eu, como Presidente, tenho que ser neutro no processo, mas a gente está entre uma discussão política; não é uma questão técnica, é uma questão que é uma questão política, que deveria ser feita uma investigação por pressão, não houve investigação. E como as perguntas que foram feitas anteriormente, a partir de vários processos de fiscalização e autuação, necessitavam de uma investigação muito mais forte nessa questão, então eu não tenho mais nem uma pergunta, saio daqui triste nesse processo que é uma questão meramente

política. Então, como eu não quero entrar na esfera política e, aí, não é uma questão nossa de parlamentares de não transformar a CPI em uma disputa política e eu não quero isso entendeu? Não quero que a gente, que a gente entre numa disputa política de maneira nenhuma, essa é a visão que eu tenho em nível do processo, porque é fácil descaracterizar uma CPI se a gente entrar em uma disputa política. Nosso trabalho é um trabalho sério e aqueles que forem responsáveis independente da sua posição política, independente do seu cargo, tem que ter uma responsabilidade nesse processo. Então, eu quero deixar isso e passar a palavra ao nobre Deputado Paulo Rubens.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

Eu gostaria de compartilhar com o senhor de Deputado e com os nossos convidados algumas preocupações fiscais, jurídicas e financeiras. Foi dito aqui e da criação da Secretaria desculpem! Da Delegacia de Crimes de Ordem Tributária no ano de 1995, nesse mesmo ano esta Casa aprovou, conduziu e concluiu sobre a nossa presidência a CPI da evasão fiscal; na época o Governo do Estado de Pernambuco buscava em ações judiciais a recuperação de 605 milhões de reais de créditos tributários devidos pelas empresas. Há quinze dias a Secretaria da

Fazenda publicou ontem, enorme, na imprensa de Pernambuco a conclusão do relatório do grupo da Secretaria que fez o levantamento do volume da dívida ativa tributária, esse estoque chegou a seis bilhões de reais. Eu quero trazer aqui esta reflexão porque isso demonstra que, em sete anos e meio, o volume tributário subiu de 605 para 6 bilhões de reais, segundo a reportagem, 65% desses créditos concentrados em 300 empresas, que é estranho que permaneça uma Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária sem ser a principal delegacia de combate ao crime no Estado de Pernambuco, é estranho que a administração Fazendária e infelizmente não é dado só de Pernambuco não tenha ao longo desse processo encaminhado, e a Secretaria não tenha tornado público a iniciativa de encaminhar todos esses procedimentos fiscais para a Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária. Por mais que se tente fechar as fronteiras do Estado, articulação dessas iniciativas e deste procedimento faz com que fechem-se as fronteiras e abram-se as porteiras da sonegação fiscal no Estado de Pernambuco. É inexplicável, e eu gostaria nesse sentido de pedir a Doutora Vera que nos lembrasse deste inquérito que ela iniciou e que posteriormente foi afastada sem que entrássemos no mérito como bem disse o



Deputado Carlos Santana, nos lembrasse alguns dados, porque alguma das empresas que foram objeto de fiscalização e que passaram por esta CPI e por este plenário, empresas que foram objeto de busca e apreensão onde encontramos 25 computadores dez dos quais sem memórias, ou vaga lembrança de suas operações comerciais e são empresas que continuam atuando no mercado, empresas que recentemente foram mais uma vez notificadas pela receita Federal como nos comunicou o delegado adjunto nesta manhã, nesta sexta-feira, então eu gostaria, para o início, que a Doutora Vera nos historiasse, rapidamente, esse inquérito se relacionava a que? Era uma distribuidora? Era uma distribuidora de Pernambuco? Era uma empresa de fora do Estado? O que apontava este inquérito? O que aconteceu durante esse período em que o inquérito ficou parado? E se posteriormente a esse inquérito foi dado andamento? Que encaminhamento se deu como fruto deste inquérito? E durante todo este período, também, o que nos causa espanto é não ter havido a comunicação desses procedimentos para que a Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, efetivamente, tivesse os meios para oferecer ao Ministério Público. E o Ministério Público a denúncia à justiça de Pernambuco já

que combustíveis, estivas e setores atacadistas são conhecidamente como já lembrou o presidente do sindicato ao se referir às juntas comerciais são setores que mais freqüentam a aqui a Junta Comercial do Estado, abrindo e fechando empresas com uma velocidade estrondosa. Então, a princípio que a Doutora Vera nos lembrasse como foi essa prisão, como era essa distribuidora ou não? Se era um setor, se era distribuidora, se o setor continua atuando no Estado de Pernambuco que, evidentemente, sem entrar no mérito da pessoa jurídica. A princípio eu queria que a Doutora Vera nos historiasse isso para irmos a fase seguinte de nossas perguntas.

Senhora Vera Lucia:

Tudo bem. A princípio eu esclareço que se tratava de uma distribuidora cujo endereço era o Estado de Alagoas e tirava o produto do Porto de Suape e o caminhoneiro foi encontrado transportando o produto, e conduzido à delegacia. O inquérito foi instaurado sob o nº 016024; as pessoas indiciada, se eu recordo, apenas uma foi Sávio Rogério de Souza Neiva; esse inquérito foi instaurado em 1996 e foi concluído em 2000. Quando eu retornei à delegacia, eu encontrei dez volumes e esses dez volumes eu apresentei aqui à CPI.

Deputado Paulo Rubens Santiago:

Da conclusão do inquérito, a delegada que conduziu este inquérito tem conhecimento dos passos seguintes? Foi oferecida a denúncia à parte do inquérito ao Poder Judiciário? O Poder Judiciário tomou deliberação sobre a denúncia oferecida ou não houve oferecimento da denúncia?

Senhora Vera Lucia:

Não. Uma vez concluído foi remetida à justiça através da Central de Inquérito, e eu não me interei mais do andamento do processo, porque isso se torna processo que é com o Ministério Público e com a justiça.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

Mas, dado a dimensão tomada pelo caso, a delegada não tomou conhecimento nem viu vir a público ou foi informada pelo Ministério Público da conclusão desse processo?

Senhora Vera Lucia:

Não. Eu não tomei conhecimento nenhum que alguma dessas pessoas tenham sido denunciadas e nem que tenha um sido presas, até hoje eu não tenho conhecimento.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

E nesse período a senhora retornou à delegacia e, aí, eu estendendo a pergunta ao delegado Eliezer Correa, qual tem sido o ritmo, qual tem sido o quantitativo de encaminhamentos feito pela Secretaria da Fazenda à Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária no período de seu retorno do seu exercício? E já na gestão desde abril deste ano, pelo que me consta, o Doutor Eliezer com que frequência a Secretaria da Fazenda tem encaminhado os procedimentos para que a delegacia opere no combate ao crime fiscal e tributário no Estado?

Senhora Vera Lucia:

Eu posso dizer, com certeza, em relação ao combustível, que a frequência pode ser considerada zero. Eu atuei neste setor em um ou dois casos, três no máximo, atuar em flagrante um dono de posto de gasolina, ele pagou o tributo e foi posto em liberdade e é extinta a punibilidade; mas com relação à distribuidora nenhum caso.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

Distribuidora, nenhum caso. Há algum inquérito referente à destilaria? Ao setor do álcool?

Senhora Vera Lucia:

Nenhum.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

Eu pediria também ao Doutor Eliezer, por favor, pode se dirigir no período de sua gestão à frente... Pode usar o microfone da tribuna, não há problema, se tem recebido algum procedimento relativo a derivado de petróleo ou ao setor do álcool?

Senhor Eliezer Correa:

E, eu gostaria de esclarecer que durante esses cinco meses que me encontro à frente da delegacia tem existido uma sintonia muito grande entre a Delegacia e a Secretaria da Fazenda; os trabalhos conjuntos são muitos, inclusive com participação do Ministério Público. Eu quero reiterar apenas com relação aos combustíveis. É que eu tive poucas oportunidades de ter efetuado esse trabalho. Eu me recordo no momento de dois ou três casos, como eu já disse, de pequena monta, como já disse de pequena diferença de estoque, num posto de combustível e me parece que o outro foi um caminhão sem nota desse porte. Agora é importante também que se diga que a Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que ao meu ver da mesma forma que o Deputado Paulo

Rubem disse, deveria ter um tratamento diferenciado por ser uma delegacia que trata do crime organizado, do crime que fere os cofres públicos e por conseqüência o cidadão, o povo.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

O senhor poderia nos esclarecer qual é a estrutura da delegacia? Viaturas? Agentes, computadores, linhas telefônicas, qual é hoje a estrutura de operação da delegacia?

Senhor Eliezer Correa:

Deputado, dentro do contexto atual, eu diria que, em termos de viatura nós estamos bem servidos, em termos de agentes nós estamos bem servidos, dentro do contexto atual. No entanto, falta uma peça dentro da delegacia que eu tenho como de suma importância, tão importante quanto a figura do delegado, assim como todas as demais, dispomos um único e exclusivamente de um escrivão de polícia que é exatamente aquela pessoa pela qual passa todos procedimentos, de forma que a delegacia vem se tornando, em decorrência dessa fragilidade, dessa falta de um repositório de procedimentos, porque a procura por parte da Fazenda é grande, realmente a Secretaria da Fazenda encaminha notícias criminosas e nós instalamos os processos, agora eles vêm se

acumulando em decorrência da, principalmente da falta do escrivão de polícia que é uma figura que desde que nós chegamos que estamos solicitando a nossos superiores e não fomos atendido até hoje, por exemplo, muito pelo contrário nós tínhamos um escrivão que é... um escrivão, uma agente de polícia e que exercia essas atribuições nomeado pela autoridade policial, o delegado, e esse foi tirado sem nenhuma consulta de forma que agravou ainda mais a situação. Mas acredito que essa retirada tenha sido por uma conjuntura normal administrativa e não em decorrência de problema algum relativo à sonegação.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

O escrivão de polícia servidor público lotado no quadro de que Secretaria?

Senhor Eliezer Correa:

Originalmente, um lotado na polícia civil, hoje é integrante da Secretaria de Defesa Social.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

Do estoque de inquérito que o senhor encontrou foi referido aqui há aproximadamente 450 inquéritos, quantos, especificamente, são relacionados a combustíveis, derivados de petróleo ou álcool, o senhor se recorda?

Senhor Eliezer Correa:

Deputado, eu confesso que não fiz esse levantamento; eu tenho feito incursões e venho ao longo desse tempo procurando levantar para dar continuidade e não encontrei ainda nenhum procedimento que tratasse do assunto. Eu volto a dizer: eu tive três casos que chegaram já na minha administração, não encontrei nada referente a combustíveis.

Deputado Paulo Rubem Santiago:

Por fim, eu perguntaria como sugestão e pedido de colaboração ao Doutor Eliezer e a Doutora Vera que sugestões na condição de delegados à delegada que atuou e o senhor que atua na delegacia de crimes, que sugestões os senhores teriam para que o Poder Público antecipar-se ao crime no setor de combustíveis; que procedimentos integrados devem ocorrer para que a sonegação não fosse em números oficiais tão atraente no Estado de Pernambuco, a exemplo dos Estados por onde já passamos a Paraíba, o Estado do Pará e os Estados que visitaremos dos quais já temos dados financeiros; que sugestões seriam dadas para que houvesse uma melhoria da máquina pública Fazendária, no combate ao crime fiscal e tributário?



Senhor Eliezer Corrêa:

Bom, Deputado, eu inicialmente, eu teria uma sugestão que foge totalmente ao parâmetro da delegacia e da Fazenda, eu sugeria que os nossos representantes em Brasília procurassem definir se realmente o delito fiscal é crime ou é apenas uma infração administrativa; se ele é crime por que não tratá-lo como crime? Ele, realmente, não é tratado. O sonegador hoje em dia o faz a vida toda, guarda uma reserva de dinheiro e na hora que é pego, paga o tributo e vai embora; essa é que a verdade. Para mim isso é um grande obstáculo que é um obstáculo legal. Mas a sugestão que eu tenho a fazer com a experiência que venho tendo desde o período em que lá me encontro para que realmente em decorrência depois que se definisse se esse crime realmente é crime, qual o tratamento que deve se dar a ele e se estruturar a ser a delegacia para que realmente ela pudesse ser uma delegacia ativa e não ficasse a reboque das demais instituições envolvidas com o problema, conseqüentemente teria que se dar uma melhor estrutura, um efetivo, um pouco maior e dotá-la realmente daquele profissional pelo qual passam a exemplo do delegado de polícia dos procedimentos de inquéritos policiais. Essa é a

sugestão que eu teria a dar e espero ter contribuído. Muito obrigado.

Deputado Carlos Santana:

Eu queria que a Doutora Vera fizesse as suas considerações finais.

Senhora Vera Lucia:

Veja bem, quanto à estrutura da delegacia o efetivo é ínfimo e o ideal seria que essa delegacia fosse realmente bem estruturada, dispondo de um efetivo preparado com curso, com equipamento; porque na minha época eu só contava com 13 policiais para atuar em todo o Estado de Pernambuco, e então eu viajava freqüentemente não só no Estado como também para outros Estados e, aí, tinha dificuldade da conta do serviço e deixei na delegacia mais de 450 inquéritos. Então, é necessário que se volte para essa necessidade uma delegacia bem estruturada. O outro fato é que a delegacia para agir ela precisa de um suporte técnico e nós não podemos nos antecipar e esperar pela ação da Fazenda, pelo interesse da Secretaria da Fazenda. Então, para instaurar um inquérito de crime de sonegação é necessário um auto de infração; é necessário que a Fazenda ofereça todos os subsídios relativo à sonegação quanto a questão técnica.

E eu senti uma certa dificuldade neste aspecto. Mais algum questionamento?

Deputado Carlos Santana:

Eu quero agradecer a ajuda da Doutora Vera e passar para o outro depoente convidado, o Doutor Jorge Luiz Amaral. O senhor disporá de vinte minutos.

Senhor Jorge Luiz Amaral:

Bom dia, Senhor Presidente, eu pretendo dividir a minha fala em três partes; na primeira vou falar como auditor e atuei na CPI dos combustíveis presidida pelo Deputado Augusto Coutinho; na segunda, eu pretendo falar como presidente da entidade que representa os auditores do Estado, presidente do SINDIFISCO; na terceira, eu pretendo ocupar um espaço pequeno para fazer uma denúncia bastante grave que está ocorrendo em Pernambuco. Em termos de Fazenda gostaria, também, aproveitando a fala de Doutora Vera, que trabalhei muito tempo, registrar aqui como auditor que atuei junto e muito próximo à delegacia inclusive com dez anos de experiência como policial. Então, arrisco dizer que a estrutura da delegacia realmente é precária e acho que a Fazenda pública principal interessada, que a decoro funcione, deveria

realmente promover os recursos necessários, para que a delegacia realmente funcionasse. Tive diversas oportunidades e inclusive na própria CPI de perceber que a gente não tinha policiais suficiente para desenvolver as atividades, e muitas vezes a gente não conseguia. Por exemplo, o Deputado Paulo Rubem tocou aqui em um caso de alguns computadores da empresa que estavam sem memórias, e naquela época a gente conseguiu um mandado de busca e apreensão e, no entanto colocamos a polícia militar em frente da empresa e o pessoal entrou pelos fundos da empresa e esvaziou a memória dos computadores. Isso a gente apurou depois e efetivamente se deu por falta de uma estrutura para dar suporte. Mas, aí, entrando especificamente no papel de Auditor o que é que a gente detectava, principalmente quando a gente atuou na CPI, primeiro a atuação da Fazenda era muito, mais muito precária a ponto de a gente ter muito mais por conta de empenho de um ou outro companheiro que se dedicava, porque pelo funcionamento da estrutura, lamentavelmente, a gente tinha um problema sério de controle de fronteiras e que até hoje existe a sistemática de passe fiscal também não funcionava na época e hoje ainda é precária. Para se ter idéia nós detectamos num

mapeamento, digamos assim bem preliminar, o mesmo veículo transportando combustível daqui para o Maranhão e fazia duas viagens no mesmo dia, uma às 7h da manhã e outra às 13 da tarde. Eu acho que nem de avião se consegue fazer isso. Se houvesse um controle efetivo da Fazenda naquela época com certeza esse tipo de coisa não ocorreria. Então, a gente teve oportunidade de viajar por determinação do presidente da CPI, acompanhando inclusive a comissão de Deputados, o Senhor Deputado Paulo Rubens e mais alguns ao Maranhão, Ceará, Piauí, Bahia enfim vários Estados e o que a gente levantou de operações interestadual de combustível que ficou caracterizado que só ia a nota, a mercadoria não ia. Aí, bate naquela questão que o Joseval falou, que é o controle de onde a mercadoria está descarregando. Então uma situação dessa qual é? Ele saía daqui para o Maranhão que só ia a nota e a mercadoria ficava em Pernambuco e, evidentemente, esse combustível passava a ser mais barato, gerando uma concorrência desleal e nós, evidentemente, que não podíamos fazer tudo que era necessário e que era preciso, mas a gente atuou mesmo precariamente, a gente coletou bastante subsídio. Uma das operações que nós fizemos, nós encontramos em um local num bairro aqui próximo que os caminhões saíam de Suape com

o combustível teoricamente controlado e fazia a mistura desse combustível nesse terreno, digamos assim e, evidentemente, era uma situação de um caso de polícia. Nós fomos acompanhado do Ministério Público e tudo, mas não conseguimos efetivamente prender ninguém. Bom, eu acho que tem um caso que a gente gosta de citar para ilustrar: para se ter uma idéia, nós pegamos uma operação, nós pegamos um posto com uma mistura de 48% de álcool e a dizer que o limite é 25% e pegamos 48% de álcool no combustível e o mais interessante é que a ANP, após a constatação, libera aquele produto. Eu como cidadão, embora ali como auditor, fiquei revoltado porque não era possível que o combustível, a Agência Nacional de Petróleo libere. Não, mas a nossa legislação permite que ele conduza esse combustível à distribuidora para reprocessar. Eu digo, não têm nenhuma garantia que esse combustível vai voltar. E junto com representantes do Ministério Público partimos para uma outra medida encaminhamos para a delegacia de crime de defesa ao consumidor e o delegado, então, apreendeu o produto inadequado ao consumo, só para ilustrar. Bom, como Presidente do SINDIFISCO, eu tenho que fazer algumas considerações em relação à estrutura da

Fazenda: hoje o auditor fiscal do tesouro estadual que está aqui, um grupo bastante representativo, trabalha sob péssimas condições. Eu, se tivesse tido mais um pouquinho de tempo teria trazido o documentário que nós fizemos e que provavelmente na semana que vem nós vamos colocar na mídia e, aí, eu me sinto envergonhado de pertencer a uma Secretaria que trata os seus servidores da forma como vem tratando: instalações precaríssimas, um posto fiscal que parece mais um acampamento - a gente chama de acampamento fiscal - embora reconheça que muito já se fez nos últimos anos, de fato a situação era muito pior. Mas não dá para entender como um órgão que arrecada, portanto, um órgão encarregado de levantar fundos para investimentos em educação, saúde e segurança não investe na própria estrutura. Então, nós temos aí para ilustrar. Tenho certeza que talvez só Deputado Paulo Rubem sabe disso, mas os demais Deputados com certeza não sabe. Os senhores têm idéia de quanto ganha um auditor por dia, para tirar um plantão de 24h e para se alimentar? Eu acredito que não, R\$10,00 para ele pagar café da manhã, almoço e janta; se precisar dormir em hotel ele ganha R\$30,00 para almoço, café, jantar e a hospedagem. Então, não venha falar que a

gente tem uma política tributária de combate à sonegação porque a gente não tem. O Joseval, se não me engano, falou na questão de uma comissão que o fisco deveria receber, se não me engano foi isso. Eu acho que é muito mais que só a questão salarial, a gente tem o problema salarial, mas é muito mais do que isso: é a estrutura que realmente não permite. E, aí, não tem como a gente aceitar. E eu tenho meus companheiros, os que estão aí de lado, a gente vive constantemente em movimento, brigando por condições de trabalho e, aí, em um setor de combustível, que eu acho que hoje é o mais importante para a arrecadação estadual, a coisa flutua desse jeito. Tem que se fazer um trabalho preventivo nas usinas, nas distribuidoras, tem que se estruturar o fisco porque o que está acontecendo hoje em Pernambuco, Deputado, é postos fiscais sendo fechados por falta de gente. O último concurso que a gente teve foi em 1992, se eu não me engano, o quadro evidentemente está sendo reduzido a cada dia. Houve um projeto aprovado do governo atual que reduziu o quadro, que extinguiu em 400 e poucas vagas de auditores e nós temos aí um estudo muito simplório que dá conta que para cada um real de salário o auditor coloca de volta cem reais em arrecadação. Qualquer empresa tem essa



relação, custo e benefício. E a gente reduzindo a cada dia o quadro, companheiros morrem, companheiros que aposentam, e evidentemente com a reforma previdenciária a gente tem muito mais aposentadoria e o quadro está cada dia mais reduzido. Então, a gente não entende como que um órgão desse aí... a gente está reivindicando o concurso público e o governo diz que não tem condições de fazer e faz concurso público para outros setores. Eu acho que primeiro deveria efetivamente resolver o problema da Fazenda. E, aí, não dá para ter uma política de combate. Talvez haja uma curiosidade desse luto que eu estou usando aqui; eu não perdi nenhum parente não, já, já eu vou falar nesse assunto. E aí a gente não pode continuar fingindo que a Secretaria da Fazenda é atuante e eficaz. Eu me sinto realmente sem condições de dizer isso. Atuei muito tempo na rua, e eu gosto de trabalhar na rua, mas atualmente com presidente eu estou afastado, mas quando terminar o meu mandato pretendo voltar à rua. E há anos a gente briga para melhorar as condições e, diga-se de passagem, tem melhorado em alguma coisa, tem melhorado, mas ainda é muito precário, é muito precário mesmo. Não se pode colocar o funcionário responsável pela arrecadação 48h e um trailer ser improvisado, porque,

infelizmente, por falta de tempo eu não trouxe um vídeo, gostaria muito de ter trazido para mostrar aos companheiros aqui; não porque eles conhecem, agora aos Deputados seria muito bom que os senhores vissem esse vídeo. Eu me comprometo, inclusive, a mandar para a CPI esse documentário, inclusive com depoimentos, com pesquisas que fizemos e em poucos dias estará nas mãos da Comissão. E, aí, nesse bloco eu ainda vou me permitir discordar do companheiro Robero no que diz respeito de que foi muito bom para Pernambuco um convênio com a ANP para examinarmos a qualidade do combustível. Eu não concordo. Eu acho que a gente não está conseguindo nem controlar a sonegação quanto mais controlar qualidade. É um desvio de função da nossa atividade. Nós estamos cobrindo a deficiência da Agência Nacional de Petróleo que se não me engano tem dois fiscais aqui para o Nordeste, dois fiscais para a região que é um absurdo. Qualquer um colega que precisar do fiscal da Agência Nacional de Petróleo não tem; e a gente é quem vai fazer isso? A ANP tem quadros preparados, tem químicos e engenheiros, por mais simples que seja o teste tem a exposição do ser humano que trabalhamos nesse tipo de atividade de examinarmos o combustível com produto

insalubre e não ganhamos gratificações, para isso pelo menos eu não conheço quem ganha, a não ser o pessoal da Agência Nacional de Petróleo. A ANP ganham uma série de gratificações, ambiente explosivo porque posto de gasolina em um ambiente explosivo o pessoal que atua na área sabe; e o agente do fisco em vez de ir atrás da sonegação está indo atrás da qualidade, estamos cobrindo o buraco. Por fim, um exemplo de como está a coisa em Pernambuco, infelizmente, eu preferia não ter que falar disso. Mas nós estamos em movimento pela dignidade salarial e dentro de uma das atividades que nós buscamos nesse conjunto de medidas, embora pareça que não tem nada a ver mais tem a ver sim, nós na segunda-feira passada fizemos uma operação no agreste de Pernambuco em uma cidade chamada Toritama que tínhamos como objetivo de mostrar à sociedade que o agente do fisco sabe aonde está ocorrendo a sonegação e que quer condições para fazer. Senhores Deputados, o que eu vou narrar aqui é muito sério. Não poderia como presidente da entidade deixar de registrar, embora pareça no primeiro momento que não é oportuno, mas é sim: nós enviamos para lá um grupo de cerca de 60 a 70 auditores, porque tem um centro comercial neste local que é um dos maiores produtores de Jeans mais ou

menos de 80 a 90 lojas das quais 90% não tem inscrição estadual e funcionam há mais de um ano assim e começamos o trabalho; e em determinado momento um camarada lá se dizendo político disse que falou com o secretário da Fazenda e ele afirmou para esse político que a operação era ilegal, os autos serão nulos e os fiscais serão punidos; nesse momento um cidadão usou um microfone do centro comercial e fez esse anúncio e a partir deste momento instalou-se um caos tremendo a ponto do pessoal ameaçar tocar fogo nas viaturas, apedrejar o pessoal e agredir fisicamente os auditores; e a coisa chegou a tal ponto da gente se retirar, porque não tínhamos mais como continuar concluir o trabalho. E veja, nós estamos falando de lojas que funcionam sem inscrição, assim como a gente sabe que tem vários postos de combustíveis em situação irregular sem a licença do CPRH e outras coisas. E, aí, vejam vocês, a gravidade da polícia militar que estava nos acompanhando para garantir a ordem pública virou ser contra nós e que iria levar todo mundo preso para o batalhão. Ontem durante uma assembléia da categoria o Comandante Geral da Polícia Militar me ligou e disse: Amaral, eu não dei essa ordem. Bom, mas alguém deu porque o oficial que estava lá disse que tinha recebido ordens

para levar todo mundo para o batalhão e tem companheiros nossos aqui que estavam presentes e pode testemunhar isso. Então, voltando à questão do combustível com o fisco pernambucano, do jeito que está desmoralizado em 100 anos de história, eu nunca vi uma desmoralização tamanha, por isso esse meu luto aqui. Nós estamos sete dias de luto com o fisco desmoralizado. E desestruturado como está hoje não adianta falar em combate à sonegação, em setor nenhum, quanto mais em combustível. Eu tive oportunidade de atuar junto com Vera e saímos de outro Estado meio que corridos porque os caras sabiam qual era os carros que a gente estava usando e a gente não sabia antes porque a gente ia alugar um carro e o pessoal aqui da máfia ligou e, aí, uma pessoa fez o contato e disse: "olhe vocês estão mandando em tal carro" E isso lá no Sul do Pará! Então, definitivamente, não está valendo a pena ser Auditor Tributário e Auditor do Tesouro Estadual. Infelizmente, isso é uma realidade. E ainda não falei na questão salarial. É, estou falando só de condições de trabalho. Então, realmente, é uma situação muito precária. E eu fico por aqui às ordens para qualquer pergunta.

Deputado Pastor Francisco:

Senhor Jorge nós queremos parabenizar a sua descrição, a maneira como o senhor tem se comportado e comunicado, principalmente no setor de combustível; e essa CPI está tratando com um único e exclusivamente sobre combustível, mas vossa excelência tomou outro aspecto. Entendo, como exemplo, a cidade de Toritama - e eu sou Deputado Federal por Toritama - quando houve a denúncia que os policiais e a Secretaria da Fazenda estava lá tomando atitudes, nós tomamos conhecimento, e eu vim tomar conhecimento depois que foi publicado no Diário de Pernambuco quando alegava que aquela ação não tinha sido autorizada pela Secretaria. Então, diante disto eu fiz até um pronunciamento dizendo que reconhecia como ilegal a atitude tomada pela fiscalização, conseqüentemente, pelo policiamento uma vez que não era autorizada pela Secretaria. Então, se o senhor acha por bem me dizer depois no meu gabinete quem autorizou ou quem não autorizou, agora lá. Nós não podemos viver somente de informações. Eu sei que o assunto é outro, mas eu peço permissão ao Senhor Presidente e quero deixar para o senhor depois me comunicar ou comunicar com meu gabinete, e eu como Deputado devo zelar pelo processo de

cidadania. Acho que os impostos devem ser pagos; agora, também não aceito que sejam feitas arbitrariedade; e eu estou para defender no caso de arbitrariedade certo? Depois o senhor me dirá porque eu não acho bom que seja agora, pois nós estamos na CPI dos combustíveis; mas eu quero saber quem autorizou, para tomar as medidas cabíveis. E muito obrigado.

Deputado Doutor Evilásio:

Eu quero hipotecar minha solidariedade ao Doutor Jorge a sua entidade e todos que fazem o fisco do Estado de Pernambuco; e dizer que nós temos que aparelhar o Estado se quisermos aumentar a arrecadação e afirmar ao Estado o valor que realmente ele deve ter. Eu acho que não compete a mim o comentário, mas de reais por dia.. e pão doce e caldo de cana dá para encher a barriga? Não sei se amanhã também adquire uma barriga d'água, não é senhor Jorge? Mas eu queria apenas enviar uma pergunta no tocante aos combustíveis. Nós sabemos que uma das fontes de receita mais importante para o país além de outras poucas é a questão dos combustíveis; nós temos aí postos de contribuições a nível municipal, estadual e federal tanto é que o preço dos combustíveis final pelo menos em

torno de 60% são contribuições de tributos. Eu perguntaria o senhor, se o senhor tivesse esse dado com uma curva ou traço horizontal e ascendente ou descendente de combustíveis no Estado de Pernambuco e isso era uma repercussão, ou seja, incremento na receita do Estado depois da CPI no Estado de Pernambuco e também na vigência do funcionamento da CPI da Câmara Federal? Porque CPI por si só já é uma ação intimidatória e em alguns Estados e temos esse exemplo da Paraíba que foi relatado ontem. Houve um acréscimo substancial na receita e nas contribuições de impostos advindo dos combustíveis e qual é o perfil no Estado de Pernambuco?

Deputado Carlos Santana:

Eu vou aproveitar e como presidente eu tenho que ser o árbitro, mas muito mais como sindicalista agora que sou eu sou de uma categoria que esse Estado tem que agradecer muito que são os ferroviários e que estamos em extinção por devido um país que tem toda uma.. Um débito com as ferrovias nesse país, erradamente o modelo de transporte nesse país é uma coisa meramente voltada para a questão da exportação e meramente para ter lucro com a sua visão social como deveria ter adequadamente. Mas eu quero me mostrar



solidário aos senhores do fisco, aos companheiros fiscais e quero dizer que essa batalha é uma batalha de todos os setores e dizer que saio daqui muito impressionado com a clareza tanto na questão dos donos de postos de gasolina, como na questão do fisco; sei também que muitas das vezes se fala muito nos corredores, mas quando senta na cadeirinha tem que se moldar, porque a realidade é outra e nós mesmos parlamentares. Não vamos nós aqui, porque sabemos da dificuldade, para não entrar em uma disputa política, porque é uma das forma mais clara de descaracterizar qualquer trabalho é que a gente possa vim para um Estado e entrar em uma discussão política e eu não quero de maneira alguma entrar, nenhuma discussão política, partidária de nada no estilo, para não descaracterizar o nosso trabalho, porque é fácil sair uma nota da imprensa dizendo que descaracterizou o nosso trabalho e o nosso trabalho é um trabalho sério que nós não queremos pegar barquinho, até porque não é segredo que mandar nesse setor, não é segredo para ninguém aonde está a adulteração; não é segredo para ninguém quem faz; só está faltando é a gente ter condições práticas de provar e fazer com que os setores da justiça faça sua parte, como fez agora que liberou o maior adulterador de combustíveis que

está solto no nosso país; ele estava preso até ontem, até ontem estava preso e hoje está solto. E com índice de já ter arrumado uma passagem e ter ido para o exterior, então, a gente tem uma dificuldade enorme de fazer a nível de trabalho. Por isso que estou dizendo, essa questão de combustível têm que sair das páginas econômicas e ir para a página policial, é lá que ela tem que estar. Então, eu digo assim, os poucos anos de vivência no setor a gente cada vez mais e fica mais triste e no Nordeste a questão do álcool é uma questão criminosa, criminosa porque nós entendemos que o álcool é tão importante para a economia brasileira e nós defendemos. Nós temos que ter as nossas usinas, os nossos canaviais porque é mão-de-obra nossa mais ao mesmo tempo não pode enriquecer meia dúzia em detrimento de toda uma sociedade; é o povo brasileiro que dá subsídio. Eu defendo o subsídio. Quando você dá subsídio ao setor é porque você está tirando de outro. E eu entendo que nós temos que dar porque a mão-de-obra, que é gerada, ela é fundamental. Então, eu que estou lá no Sul ou Sudeste e dou subsídio aqui para o Nordeste. Eu entendo que tem que continuar dando esse subsídio. Porque é importante para os nossos irmãos nordestino, até porque nós que estamos no Sudeste, todos nós temos origens no

Nordeste, todos nós temos um passado que vem do Nordeste; então, nós entendemos que sabemos que temos que dar contribuição para o Nordeste. Por isso nós defendemos o subsídio e temos que dar subsídio realmente neste setor. E quanto mais sindicalista elogiar o trabalho dos companheiros, isso é uma batalha... e quantas vezes o movimento sindicalista é visto somente como corporativista. Essa luta do combustível não é uma luta só da Secretaria, não é uma luta do fisco isso é uma luta da sociedade. Há um grande problema de educação nesse país e que a gente vai ter que resolver. Então quero agradecer, levo a minha solidariedade; e dizer que o que a gente puder fazer para ajudar, nós vamos poder ajudar, porque esse trabalho de vocês, se a gente tiver uma fiscalização mesmo no setor, eu acho que a gente é capaz de dobrar a arrecadação hoje. Então por isso que não tem novidade nesse setor. A gente tem hoje mapeado todos os donos, mapeado local por local, quem está adulterando, quem não está adulterando. E tudo tem uma ligação, o maior problema chama-se São Paulo, aonde está a maior concentração e tem toda uma ligação. Então, a gente está fazendo esse trabalho. O problema é que a lentidão faz com que hoje a gente cada vez mais perca essas provas. Há um problema central que na questão tributária e, aí,

o Doutor Eliezer foi corretíssimo, é mais fácil se uma criança ou um jovem tomar uma bicicleta aqui agora e alguém for dar uma queixa na delegacia e eles por acaso se ficar arrependido e for devolver eles serem processado e preso, mas se pegar o sonegador, ele pode ir lá e ainda vão parcelar as dívidas deles, em pequenos parcelamentos. Então neste país desculpem a expressão “justiça só para pobre” como a lei também é só para pobre. E nós somos da Casa que fazemos as Lei Federal! Então, é uma tristeza. Eu se a gente for verificar, uma criança que pega uma bicicleta, ela pode chegar lá e dizer: “delegado, mas eu estou aqui devolvendo”; mas o delegado é obrigado a prender. Só que na questão tributária estamos botando aquela Casa ou esta Casa a serviço de quem nos ajudou. Por isso levo a minha solidariedade ao movimento sindical, passo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

#### Deputado Paulo Rubem Santiago:

Eu vou ser breve aqui, quero externar aqui uma contribuição que nós recebemos ontem na Paraíba de um cidadão que o primeiro nome é Carlos Eduardo, com inúmeras propostas para a comercialização do setor de combustível. Eu até tomarei a liberdade de antever aqui uma

espécie de código de comércio de combustível de nosso país e que possam vir a Pernambuco. Talvez não se diga que aflorasse outras contradições, tem sido exatamente esta a nossa postura na CPI Federal, nas audiências já realizada no Estado do Pará e no Estado da Paraíba. O nosso procedimento no Estado do Rio de Janeiro, coordenado pelo Deputado Carlos Santana e as audiências previstas para o os Estados Maranhão, Bahia, Alagoas e para o Estado do Piauí por proposição Deputado Paes Landim. Ao mesmo tempo nós queremos compartilhar também de alguns pequenos avanços que estamos inserindo na apeque 41 aquela prima pobre das reformas constitucionais já que a prima rica foi a reforma da previdência na apeque 41 nós estamos inserindo no artigo 47 a administração tributária como essencial ao Estado, compartilhado sem dados fiscais, federais, estaduais e municipais, assegurando a vinculação de receitas para o desenvolvimento dos programas da administração tributária. Isso tem impacto fundamental para que nós possamos preservar o fisco. E não me refiro ao fisco de forma profissional, mas como ente do Estado de vinculações de receitas a ponto de nós termos a necessidade de ter no fisco seja ele do município, do Estado ou na Receita Federal atividades. É essencial para que o

Estado não seja refém do mercado da sonegação e da corrupção, lamentavelmente o que era para ser exceção se transformou em regra sobre posso protesto inclusive na atual administração Federal. Hoje pela manhã o delegado substituto adjunto nos comunicava, certamente que lamentando, que os programas de refinanciamento da dívida ativa tributária tinha sido um embargo à ação do fisco, e a ação do combate ao crime tributário o parcelamento concedido graciosamente por 5, 8 ou até dez anos; como os Estados em geral adotaram na última legislatura tem servido a criação de um costume deletério para o fisco público, ou seja, apropriação indébita do imposto pago pelo contribuinte, transformação desse imposto em crédito, patrimônio, ou até remetido para fora do país e o parcelamento que não é de fato cumprido na sua totalidade. Eu quero aqui convocar os representantes do fisco estadual, especialmente os que atuam no combate ao crime organizado no setor fiscal e tributário para nossa fase seguinte. A nossa segunda etapa será uma legislação ordinária à legislação que, por exemplo, deverá mudar drasticamente as normas do cadastro mercantil de empresas no nosso país, segundo deverá mudar drasticamente a lei de execução fiscal permitindo a Procuradoria da Fazenda Federal,

Estadual e Municipal a execução de ativos financeiros que hoje a execução se concentra em imóveis; queremos também a quebra definitiva à extensão do princípio do sigilo de dados para os impostos indiretos. Até, apresentamos uma emenda apeque 41, que no entendimento do Ministério da Fazenda caberia na reformulação do Código Tributário Nacional. Não é mais possível que se proteja sobre o manto do sigilo fiscal o ICMS e o IPI impostos indiretos pago pelo consumidor final que mantido o princípio do sigilo nós só temos assistido a proteção dos sonegadores criminosos em detrimento dos que de fato contribuem para o crescimento da arrecadação. E externar aqui também como sindicalista e um ex-presidente de uma CPI de sonegação a minha surpresa com o fato ocorrido no Município de Toritama; me consta que esta não foi à primeira operação desenvolvida pela categoria, que em operação anteriores à categoria comunicou a Secretaria da Fazenda e não houve qualquer objeção da Secretaria da Fazenda para que ocorresse esta operação e consta-nos que também houve a comunicação desta operação a Secretaria da Fazenda e que em momento algum a Secretaria da Fazenda colocou objeção. E só posso lastimar todas as evidências, todos os indícios de intervenção externa ao fisco ou a

administração Fazendária para que essa operação não ocorresse. E tomo a liberdade como parlamentar do Estado de Pernambuco de, em nome da CPI, procurar informações mais adequada porque por similaridade esse tipo de intervenção que se evidencia externa tem ocorrido também em outras esferas. Até dentro da nossa própria CPI alguns de nós já fomos puxados pela manga do paletó, nos corredores do anexo dois pedido de interseção para que esse ou aquele requerimento não fosse encaminhado, esse ou aquele cidadão não fossem convocados para depor na CPI. O Deputado Carlos Santana quase que é vítima de uma escoliose de tanto puxão que leva para um lado para outro para que não sejam feitas as convocações, mas a CPI tem se mantido de forma integrada na defesa, na transparência fiscal e no combate à criminalidade. Eu quero, portanto convocar a categoria Fazendária, convocar aos nossos delegados para que o auxiliem esta CPI no tocante à essas proposições. Essa contribuição que nós recebemos ontem no Estado da Paraíba me parece que é de alguém que conhece o segmento, que atua no segmento ou que fiscaliza o segmento. Quero crer que a CPI deverá se debruçar sobre isso, já propondo entre outras contribuições uma legislação



consistente, uma legislação com o objetivo que possa ser e talvez o nosso Código Nacional de Comercialização de Combustível. Há dados aqui impressionante à movimentação de veículos, de caminhões que circulam sem que se quer que saiba para que empresas prestem serviço; e essa migração de uma empresa para outra, de um posto para outro, de uma usina para uma destilaria, de uma destilaria para uma usina precisa ser de conhecimento público até para que os agentes de fiscalização possa dirigir de forma mais objetiva a sua ação. Então, eu quero mais uma vez me solidarizar com a categoria Fazendária o esforço aqui declarado pelo delegado Eliezer Correa e pela delegada Vera Lucia e dizer que a CPI vem somando essas contribuições e vai trabalhando de forma correta, de forma madura, evitando projeções fácil na mídia. Mas nós temos trabalhado profundamente com a Receita Federal e estamos prestes a iniciarmos outra fase que é das diligências, e das convocações diretas daqueles que têm se mostrado com todas as evidências os maiores criminosos na ADULTERAÇÃO e comércio de combustível.

### Deputado Carlos Santana:

Antes de passar as ponderações finais do Amaral, eu quero deixar aqui e até aproveitar que o Deputado Augusto Coutinho que vai fazer as suas considerações finais, que foi o presidente da CPI, mas aqui, em meu nome pessoal, eu quero dizer que a Paraíba necessita de outra CPI, desculpe, Pernambuco necessita de outra CPI, não é porque a outra não fez e fez muito até pode dar continuidade o que foi feito, para cobrar aquilo que foi feito. Não precisa fazer mais nada porque para tentar entender, como ontem que nós fomos cobrar da justiça da Paraíba, uma justiça lenta no aspecto criminal, aqui eu fiquei muito surpreso em saber que com todas essas exigências que foram feitas à delegacia tem três processos. Então, é uma tristeza e precisa de outra CPI em meu nome, é o de Carlos Santana presidente, mas tem que ter outra CPI. Você fez todo um trabalho e ontem na Paraíba nós fomos conversar com o presidente do Tribunal, a pedido do Ministério Público, que também está marcando uma reunião para ir lá, e o presidente deixou claramente que ainda está nas instâncias internas; e nós esperamos que a partir da segunda-feira suba e se faça uma discussão. Então, eu quero deixar essa sugestão porque há uma necessidade de ter uma outra CPI para que

pelo menos tudo aquilo que foi levantado aonde está, o que foi feito, e tomar as providências. Porque é dinheiro que está deixando de ir para a sociedade brasileira. Então, eu queria que o Amaral fizesse as ponderações e depois passar para fazer o encerramento dos nossos trabalhos ao Deputado Augusto Coutinho, que foi presidente da CPI dos combustíveis.

Senhor Amaral:

Antes de fazer as minhas considerações finais, vou tentar responder a pergunta do Doutor Evilásio no que diz respeito me parece que a curva do comportamento da arrecadação do setor após a conclusão da CPI estadual com a instalação da CPI Federal. Embora eu não tenha os números que evidentemente, não é minha atividade, eu não estou ligado diretamente a esses números, mas podemos conseguir. Muito problema, no entanto eu arrisco dar minha opinião porque eu atuei na época, eu acredito que qualquer crescimento da arrecadação desse setor a partir deste momento tenha sido muito mais por conta do aumento e do valor do combustível propriamente dito, por conta da CPI até porque presenciando várias seções fiquei besta como esse pessoal do crime organizado, como eles lidam com esse tipo de questão de

respeito que tem por uma coisa séria, que é uma CPI, eu vi um único empresário com oito advogados, dentro da CPI e o Presidente Augusto Coutinho deve ter presenciado isto também, de gente entrar no plenário, quer dizer, isto é muita falta de respeito, entrar numa Assembléia Legislativa um ambiente de CPI e se passar por um juiz Federal sem ser. Pelo amor de Deus é muita cara de pau. Então, mostra que esse crime organizado, talvez não em dinheiro como é o narcotráfico, mas é um crime tão organizado, que não respeita a CPI, não respeita fisco, não respeita a Procuradoria. Mataram um dia desses em MG um Procurador, se não me engano ele estava denunciando, e eu imagino a pressão que Joseval deve sofrer.

Deputado Carlos Santana:

Só para ajudar Amaral, quem mandou matar o Procurador de Minas Gerais há uma semana antes tinha recebido um prêmio como posto de gasolina que vendia mais barato; então, nem sempre nesse setor o barato sai muito caro.

Senhor Amaral:

Só para concluir, para a gente ter eficácia ao combate a esse crime organizado, eu falo como ex-policial e como Auditor do Estado, não tem outra saída a não ser uma força-tarefa, o fisco

sozinho não resolve, a polícia civil sozinha não resolve; você tem que botar a Receita; se tem que botar a Previdência, Ministério do Trabalho, enfim, tem que botar todos os órgãos. Isso é uma briga de Estado. Quando eu digo Estado, de Estado brasileiro. Então, não adianta. Nós vamos estar fazendo de conta e os senhores Deputado vão estar perdendo tempo. Essa é a realidade do nosso país. Infelizmente, os órgãos não funcionam sozinho, porque ele só vai ter medo na hora que matar um Procurador; eles sabem que tem 300 400 1000 servidores públicos atrás deles, aí, eles pensam duas vezes. Agradeço a oportunidade de ter podido manifestar opinião nossa, da nossa categoria e me colocando desde já à disposição da Comissão. Muito obrigado.

Deputado Carlos Santana:

Eu queria passar para o Deputado Augusto Coutinho.

Deputado Augusto Coutinho:

Senhor Presidente dos trabalhos, Deputado Carlos Santana, que cumprimentando eu cumprimento os demais Deputados federais aqui presentes, fazendários presentes, amigos da polícia, presidente do sindicato. Para mim é um prazer enorme, aqui, digo isso em nome do

Presidente desta Casa Deputado Romário Dias, e receber a CPI Federal dos Combustíveis. Esta Casa de Joaquim Nabuco, como é de sua tradição, ela já vem se debruçando neste problema durante muitos anos. Eu pessoalmente como Deputado na minha primeira gestão, no meu primeiro mandato tive oportunidade de presidir na ocasião a primeira CPI do país, de combustível, que foi aqui em Pernambuco; e eu me recordo que essa CPI se deu mediante a uma denúncia que na ocasião o sindicato da categoria fazia nos jornais dizendo: a indústria que havia sonegação de impostos por trás desta CPI. Depois o sindicato nacional fez esta denúncia a nível nacional e aqui em Pernambuco nós constituímos não, inicialmente uma comissão, mas no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico um estudo sobre essa matéria. Quando identificamos que era necessário que nós abrissemos uma CPI, fomos ao governo, ao dono do Estado, porque inclusive naquele momento tinha sido dado uma liminar que ia tirar dos cofres do governo do Estado algum em cima de cinco milhões no qual em uma das operações com uma distribuidora locais aqui de Pernambuco; e o Governador inclusive veio a esta Casa e disse que precisava e tinha necessidade da intervenção desta Casa naquela ação fraudulenta que estava

acontecendo; e todo o envolvimento que tinha nós nos debruçamos sobre isso; o nobre companheiro Paulo Rubem foi um grande companheiro deste trabalho e, senhor Presidente, quando aqui foi dito que esse ramo da morte... eu quero lhe dizer que passei 60 dias com policiais na minha Casa, que o Governador mandou porque inclusive ao chegar na minha Casa junto com um membro do Ministério Público que ia me deixar em Casa, porque estava sem carro, eu fui recebido por um carro cheio de gente que nos seguiu por um bom tempo e, aí, quando eu falei com o Governador ele anteviu nessa ação. Então eu conheço bem o que está por trás disso e sei a pressão que nós passamos nesse tempo da CPI. Eu iria dividir para otimizar o tempo em duas considerações que eu acho importante, primeiro, é toda a indústria da sonegação fiscal essa sonegação fiscal que eu acho que hoje em Pernambuco ela deu um avanço muito grande e foi dito pelo diretor de arrecadação da Secretaria da Fazenda e que inclusive a época do início da CPI que Pernambuco arrecadava no setor 33 milhões e hoje Pernambuco arrecada 60 milhões por mês no setor de combustível. E eu quero discordar do Presidente do Sindicato, quando ele disse que o aumento dessa arrecadação ele se diz respeito unicamente ao

aumento do combustível, porque nesse período certamente o combustível não aumentou 70%, como aumentou a arrecadação de Pernambuco. Senhor Presidente, para se ter uma idéia no primeiro mês da CPI o Estado de Pernambuco aumentou a sua arrecadação em 30 milhões. O Deputado Paulo Rubens se lembra, 30 milhões o Estado de Pernambuco e eu dizia sempre, só com o início da CPI já foi muito importante para Pernambuco porque 30 milhões dá para se construir muitas escolas e dá para se fazer muita coisa que o Estado daqui tem diante do déficit que nós convivemos diariamente. Então, no setor de sonegação nós identificamos uma verdadeira indústria de TRR. Eu me lembro que na época nós tínhamos 64 ações judiciais ou LIMINARES judiciais que eram dadas para essas TRR; nós nos debruçamos sobre isso e identificamos que a maioria delas eram empresas laranjas. Que era usado por quê? Quando depois que o fisco fosse atrás para buscar o pagamento desse laranjas o Estado não saberia a quem poderia recorrer. Eu me recordo que durante todo esse trabalho nós tivemos inclusive a oportunidade de aqui na CPI com a presença do Ministério Público, da Polícia Federal, nós ouvimos os donos das grandes distribuidoras de combustíveis em Pernambuco, tivemos inclusive a oportunidade de ouvir - e



está nas notas taquigráficas - de que a maior distribuidora de Pernambuco o dono dela era o navegador, o marinheiro da lancha do verdadeiro dono, uma empresa que faturava 600 milhões de reais por ano, uma das empresas que arrecadava mais em Pernambuco. Então, eu quero crer que esse setor de combustível, eu acho que nós demos um avanço muito grande. Como resultado prático, eu digo que houve um aumento da arrecadação. Nós tivemos, e eu aí novamente discordo do prezado companheiro Amaral Presidente do SINDIFISCO, quando ele diz que se conveniou com a Agência Nacional de Petróleo com a Fazenda. É um convênio que não vale de nada, isso é um equívoco claro. Nós estávamos na primeira CPI e identificamos que a Agência Nacional de Petróleo só tinha um fiscal, para fiscalizar o Estado de Pernambuco, Alagoas e Paraíba esse fiscal sequer tinha secretária para vocês verem; ele tinha que andar com o celular dirigindo e fiscalizando a todos os postos de Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Então vejam como era a dimensão das coisas e nós identificamos que havia uma ausência clara aliás, irresponsável, da Agência Nacional de Petróleo. Eu, pessoalmente, estive na Agência Nacional de Petróleo duas vezes e naquela ocasião a idéia de se fazer exatamente

este convênio foi da nossa CPI. Nós fomos à Agência Nacional de Petróleo para dizer que era inadmissível que uma agência que tinha a função constitucional de regular o mercado de fazer isso sem fiscalização; à época como sempre - eu quero deixar aqui registrado - tivemos todo o empenho e apoio do Governo do Estado, da Secretaria da Fazenda e na época o Secretário era Jorge Jatobá e que nunca mediu esforços no sentido de chegar junto e no sentido de acabar com essa grave cadeia de sonegação que tinha no Estado de Pernambuco. Então, o convênio, eu acho um avanço muito grande e orgulho inclusive de dizer que Pernambuco foi o primeiro Estado no Brasil e me parece que hoje já tem o Rio de Janeiro, mas Pernambuco foi o primeiro Estado do Brasil a fazer a fiscalização, quando nós não tínhamos a fiscalização, de alguma forma, nós fizemos o convênio com a Secretaria da Fazenda e a Secretaria da Fazenda tem hoje diversos e diversos fiscais, fiscalizando os postos em virtude desse convênio que eu acho uma ação competente, oportuna e aliais ágil que o Governo de Pernambuco teve. E me recordo inclusive que quando na negociação desse convênio a ANP não queria dar ao governo de Pernambuco o direito de fechar os postos que eu estive aqui na tribuna desta Casa para

denunciar isso, porque não adianta fazer um convênio de faz de conta quando a Fazenda na verdade não teria o poder, não teria a autoridade de penalizar os postos. Senhor Presidente, como ocorrem, em um posto que é notificado, o posto é notificado quando se tem é adulteração quando se pega o produto, recolhe-se esse produto e mandava-se para o Rio de Janeiro, para entrar num processo administrativo com a ANP e, aí, só Deus sabe se vinha e como vinha que era resolvido. Então na verdade era uma ação completamente ineficaz. Sabemos que precisa melhorar este convênio, mas nós demos um passo importante, é importantíssimo no sentido de melhorar em Pernambuco no respeito ao seu consumidor. Outro resultado prático que eu digo e aqui eu já disse quando iniciamos a CPI, tínhamos 64 LIMINARES judiciais, hoje, segundo informações da Fazenda estaduais, não existe nenhuma liminar judicial. Aqui, Senhor Presidente, tinha um verdadeiro esquema na justiça de juízes e era uma indústria de LIMINARES e Pernambuco debelou com essa indústria de LIMINARES e hoje nós não temos nenhuma. Eu dizia há pouco a imprensa que este resultado no meu entender são muito práticos e muito importante essa nossa CPI de Combustível; chamou a atenção da BR Distribuidora que tinha um envolvimento

exatamente em todo esse esquema, a diretoria completa da BR Distribuidora foi destituída, foi destituído porque nós mostramos que havia indícios de má gestão dos interesses públicos, a que nós tínhamos e também foi uma ação desta CPI à Agência Nacional de Petróleo, ela fez um recadastramento das TRR e cancelou 318 TRR em todo o Brasil. Então, eu diria que, efetivamente, com um pouco de experiência, quando nós sentamos na segunda CPI que aqui esteve à CPI da Adulteração de Combustível e eu nessa época que fui o relator desta CPI, essa CPI foi presidida pelo então Deputado André Campos de Pernambuco, apontava naquele momento como o maior segundo Estado de adulteração de combustíveis. Nós nos debruçamos sobre essa CPI e em pesquisas seguinte a Agência Nacional de Petróleo divulgou que Pernambuco passou a ser um dos que menos tinha adulteração de combustível. E eu quero dizer, praticamente, pela experiência que nós temos, é que adulteração é uma coisa muito dinâmica. Então, se você anuncia que está havendo uma CPI sobre a adulteração os donos de postos que fazem adulteração, eles param de fazer depois que acaba, que o tanque de gasolina vai embora, bota gasolina boa... Se você não criar mecanismo efetivo de fiscalização e mais uma vez eu digo da importância desse

mecanismo que foi feito entre a Secretaria da Fazenda da fiscalização da Secretaria porque a ANP não tinha condição de fazer. Então a gente nota que hoje novamente Pernambuco está entre os maiores Estados que têm uma adulteração muito grande. Esses mecanismos precisam ser efetivados. Eu acho que isso tem de ser um ponto importante e de grande valia para os trabalhos que eu sei que esta CPI vem fazendo para nosso país que pode fazer pelo setor exatamente, entender esses mecanismos que possam ser efetivados para que não se tenha essa variação tão grande nesse setor com adulteração dos combustíveis. Eu diria Senhor Presidente, efetivamente, e aí vai como uma sugestão minha para esta CPI, eu acho que a CPI precisa se debruçar, eu acho que a CPI precisa identificar as penalizações que são feitas, precisa, inclusive, exigir da Agência Nacional do Petróleo a agilidade, porque sem agilidade não tem nenhum sentido o trabalho que vai ser feito; precisa se identificar os maus empresários que existe e não são muitos, mas que existe e que esses maus empresários precisam ser penalizados. Nós tivemos a oportunidade e que tramita nesta Casa o Projeto de Lei que eu fiz aqui para Pernambuco e que eu vou seguidamente depois passar às mãos da CPI; e uma coisa que eu gostaria de

dizer, é que quando foi instituída esta CPI em uma viagem a Brasília, eu estive com o relator não estive com ele, estive no gabinete dele, ele não pôde me atender, que me parece o Deputado Nelís e eu fui levando naquela ocasião os relatórios da CPI de Pernambuco - isso no sentido de ajudar nos trabalhos desta CPI - então, está em tramitação nesta Casa uma legislação que a gente quer trazer para Pernambuco e independente de que às penalidades nacionais que a ANP assim diz, e Pernambuco também que as suas penalidades para os maus empresários que fazem com que não sejam seguidos as normas que a ANP exige, então, está aqui em tramitação uma coisa que foi dito aqui de bombas eletrônicas e nós identificamos e fomos chamados à atenção pela Secretaria da Fazenda e nesse projeto nós exigimos que haja até um ano, nós damos o período de dois anos para que todas as bombas sejam mudadas para bombas eletrônicas. O nosso projeto de lei inclusive nós abrimos aqui uma rubrica que se o dono do posto não tiver condição de custear essa mudança, que a Secretaria da Fazenda fique autorizada a abrir uma linha de crédito e financiamento para que possa implementar isso. E por que, senhor Presidente? Porque uma bomba pode ser adulterada com 200 reais ou 300 reais. Uma

bomba eletrônica ela pode ser adulterada, mas o custo da adulteração segundo me disseram passava de R\$1.000 ou R\$1.500. Então são coisas que começa a dificultar o mercado, que começa a dificultar com que os donos de postos, os maus empresários que existem poucos, eles façam esse mecanismo. Então, na verdade, eu acho que esse projeto cria no âmbito da Secretaria, o poder da Secretaria da Fazenda autuar e da Secretaria inclusive punir as empresas que acenda, o fazem, então. Senhor Presidente, eu quero dizer que para nós é uma honra enorme e que é importante essa CPI ter se debruçar sobre uma coisa, sobre a lei da fidelização, sobre a bandeira. Eu acho que o consumidor brasileiro não pode estar comprando gasolina de uma bandeira ou achando que está comprando e está sendo colocado gasolina de outra bandeira e se é uma coisa que precisa ser dita e precisa ser debruçada sobre isso é Lei da Fidelização das bandeiras. Eu acho uma coisa importante se o cara vai vender uma gasolina mais barata, então que ele diga que está dando, ele não pode dizer que está botando um combustível de um quando está botando de outro; e só registro para dizer como é difícil no Brasil você trabalhar, e você ir buscar a justiça. Nós na época da CPI identificamos e demos entrada

numa série de pedidos de quebra de sigilo bancário, a CPI foi de 99 a 2000, resultado nós tivemos essa semana o STF o ganho de causa da nossa CPI e dava o direito de abrir o sigilo fiscal e o sigilo bancário e alguns empresários e empresas. Realmente fica muito difícil que a justiça infelizmente no Brasil e eu incorporo o que Vossa Excelência disse, a justiça no Brasil muitas vezes ela penaliza e não pode ou não tem condição de se preparar. Fica difícil, para nós que queremos fazer uma ação eficaz, a justiça, ela beneficia na verdade o infrator, e beneficia as pessoas que fazem com que o mau funcionamento da justiça deixe brechas que tem na nossa lei; beneficia o crime que muitas vezes são irreparáveis para nosso país. Então era só isso. Quero parabenizar a CPI, porque acho que vocês estão fazendo e vão dar ao Brasil uma grande contribuição. E muito obrigado.

Deputado Carlos Santana:

Quero dar por encerrada a nossa Audiência Pública e agradecer a todos convidados; e saímos daqui muito contente por nosso trabalho. E muito obrigado.

\* \* \* \* \*

\* \* \* \* \*

\*